



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 29

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 13 de julho de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelos Deputados Paulo Parece e Jorge Jorge)*

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 19 minutos.

Após a chamada às Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à reunião com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido, nesse âmbito, apresentados os seguintes votos:

- Voto de congratulação: [Equipa da Escola Domingos Rebelo vence o 1º Encontro Apps for Good nos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto foi lido pela Deputada Sónia Nicolau, tendo, de seguida, usado da palavra a Deputada Maria João Carreiro (PSD).

Colocado à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de congratulação: [Grupo Desportivo Fazendense com bons resultados desportivos nas competições nacionais de futsal e ténis de mesa](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a sua leitura pelo Deputado João Corvelo, participaram no debate os Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Manuel Pereira (*PS*).

O voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de congratulação: [Clube Desportivo Escolar das Flores sagra-se campeão regional de voleibol](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a sua leitura pelo Deputado João Corvelo, intervieram no debate os Deputados Manuel Pereira (*PS*) e Bruno Belo (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de congratulação: [Prémio MAC '2017 30 anos carreira pintura a Carlos Mota](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pela Deputada Sónia Nicolau, proferiu uma intervenção o Deputado Luís Maurício (*PSD*).

Colocado à votação, o voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- Voto de congratulação: [Grupo Desportivo Os Minhocas sagra-se campeão de futsal da Associação de Futebol da Horta](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a sua leitura pelo Deputado João Corvelo e as intervenções dos Deputados Manuel Pereira (*PS*) e Bruno Belo (*PSD*), foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- Voto de congratulação: [Boavista Sport Clube retoma a atividade](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a sua apresentação pelo Deputado João Corvelo e as intervenções dos Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Manuel Pereira (*PS*), foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de protesto pelas declarações inqualificáveis dos membros do Governo da República no âmbito do processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória.](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto esteve a cargo da Deputada Mónica Seidi, tendo, posteriormente, participado no debate o Deputado Francisco Coelho (*PS*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e o Deputado Paulo Mendes (*BE*), bem como o Deputado Francisco Coelho (*PS*), para um protesto.

Colocado à votação, o voto de protesto foi rejeitado.

Proferiram declarações do voto a Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e o Deputado Francisco Coelho (*PS*).

- Voto de protesto contra a tirania e os ataques à liberdade de expressão protagonizadas pela maioria governamental açoriana, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Lido o voto pelo Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Deputados André Bradford (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*) e João Corvelo (*PCP*).

Colocado à votação, o voto de protesto foi rejeitado.

Seguidamente, entrou-se na Agenda da reunião, tendo sido debatidos os pontos que abaixo se elencam:

- Projeto de Resolução n.º 15/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças do Governo da República no sentido de ser adotada para os açorianos “Lesados do BANIF” a mesma solução que foi desenhada para os “Lesados do BES”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Apresentado o diploma pela Deputada Graça Silveira, proferiram intervenções os Deputados Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O diploma referenciado, após votação, foi aprovado por maioria.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 43/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Governo da República, acionista maioritário da TAP Portugal, no sentido de impedir o encerramento da loja comercial da empresa, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Justificada a urgência pelo Deputado Artur Lima, a mesma, após votação, foi aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 43/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Governo da República, acionista maioritário da TAP Portugal, no sentido de impedir o encerramento da loja comercial da empresa, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do diploma esteve a cargo do Deputado Artur Lima, seguindo-se as intervenções dos Deputados Dionísio Maia (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e João Corvelo (*PCP*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 44/XI – “Criação de um regime excecional e temporário para ilha do Corvo no âmbito das reinspeções obrigatórias de veículos”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Justificada a urgência pelo Deputado Paulo Estêvão, proferiram, seguidamente, intervenções os Deputados Iasalde Nunes (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

O diploma em apreço foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Iasalde Nunes (*PS*).

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 45/XI – “Manutenção dos postos de trabalho na fábrica da Cofaco da Madalena do Pico”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada a urgência pelo Deputado Marco Costa, a mesma, após votação, foi aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 45/XI – “Manutenção dos postos de trabalho na fábrica da Cofaco da Madalena do Pico”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma em apreço pelo Deputado Marco Costa, usaram da palavra os Deputados Miguel Costa (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

O projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

- Proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de julho.

Colocada à votação, a proposta de deliberação foi aprovada por maioria.

Finalizando, proferiu uma declaração de voto o Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*).

Os trabalhos encerraram às 18 horas e 42 minutos.

Presidente: [*Corte na gravação*] vamos começar pela chamada. Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 19 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Iasalde Fraga **Nunes**
João Paulo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)**João Paulo Valadão Corvelo*****Partido Popular Monárquico (PPM)*****Paulo Jorge Abraços Estêvão****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar com a apresentação de votos, como é habitual. O primeiro é de congratulação à equipa da Escola Domingos Rebelo, que venceu o primeiro encontro Apps for Good nos Açores. Este voto é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

É o voto da equipa da Escola Domingos Rebelo.

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo foi substituído na Mesa pelo Deputado Paulo Parece)

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO**Equipa da Escola Domingos Rebelo vence o 1º Encontro Apps for Good
nos Açores**

APPS FOR GOOD é um programa educativo a nível nacional que promove encontros regionais de professores sobre utilização educativa das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Este projeto pretende, igualmente, desafiar grupos de alunos, apoiados por professores, a assumir o papel de “*Problem Solvers*” e “*Digital Makers*”, ao longo de todo o processo na criação de aplicações para *Smartphones* e *Tablets* que contribuam para a resolução de problemas relacionados com a sustentabilidade do mundo em que vivemos, associando-se a modelos educativos mais intuitivos, colaborativos e práticos.

No ano letivo 2016/17 foram a concurso cerca de 140 propostas de aplicações digitais contemplando três encontros regionais, a 23 de junho nos Açores, a 27 de junho em Matosinhos e a 4 de julho em Lisboa que contaram com a presença de 140 equipas.

O primeiro encontro regional realizado do *Apps for Good*, decorreu em São Miguel, na Escola Secundária Domingos Rebelo, com equipas de jovens entre os 10 e os 18 anos demonstrando o trabalho desenvolvido ao longo deste ano letivo.

Júlia Leite Pereira, Ana Catarina Afonso, Inês Moreira Benevides, Júlia Furtado Cabral e Carolina Matos Ferreira, do oitavo ano, venceram o 1º Encontro *Apps for Good* realizado nos Açores e irão representar o nosso arquipélago na sessão final em setembro, ao participarem com uma aplicação que se propôs desenvolver uma solução para combater os hábitos pouco saudáveis da sociedade. Para esta vitória muito contribuíram as professoras Anita Carvalho e Catarina Marques, da área de Informática, Margarida Costa e Raquel Pacheco da área disciplinar de inglês e Tatiana Furtado da área de geografia.

A operacionalização do projeto *APPS FOR GOOD* decorreu ao longo do ano letivo, onde professores (de diferentes áreas disciplinares) e alunos têm acesso a conteúdos *online* baseado na metodologia de projeto. No desenvolvimento do projeto os participantes têm acesso a uma rede de especialistas via *online*, num modelo de implementação que poderá ser em regime curricular ou extracurricular.

A participação das alunas e professoras nesta iniciativa de inovação e conhecimento na utilização educativa das Tecnologias de Informação e Comunicação é de registar, pelo prémio obtido e o orgulho ao representar a nossa Região e pela importância no presente e futuro no crescimento da economia digital.

Embora a base desta participação se afirme pelo empreendedorismo e a certeza de muito trabalho de alunas e professoras, há uma inevitável correlação, fruto do acaso, que é o facto da necessidade de motivar mulheres para as áreas das tecnologias bem patente num outro programa nacional intitulado Girls in ICT ([*Information and Communications Technology*](#)) que é vocacionado para a promoção da paridade entre os géneros e o crescimento sustentável das Tecnologias da Informação e Comunicação entre o público escolar e até nas diferentes publicações das Nações Unidas e da OCDE sobre a participação das mulheres na área das Tecnologias da Informação.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um voto de congratulação pela vitória da equipa da Escola Domingos Rebelo no 1º Encontro Apps for Good nos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento às alunas e professoras que participaram no projeto e à comunidade da Escola Secundária Domingos Rebelo.

Horta, 13 de julho de 2017

Os Deputados: *André Bradford e Sónia Nicolau*

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A participação em projetos educativos reveste sempre a maior importância e traz sempre benefícios para toda a comunidade educativa, seja a nível da melhoria do desempenho escolar, seja a nível da participação ativa dos alunos nas escolas, seja a nível da cooperação entre várias comunidades educativas, várias escolas.

Neste sentido, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se ao voto de congratulação pelos resultados alcançados. É sempre motivo de orgulho para os açorianos sempre que os alunos desempenham um bom resultado, fruto dos alunos, dos professores, que só demonstram que temos bons professores e bons alunos e que precisam, certamente, de ser motivados e apoiados.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é ao Grupo Desportivo Fazendense pelos bons resultados desportivos nas competições nacionais de futsal e ténis de mesa, é apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

GRUPO DESPORTIVO FAZENDENSE COM BONS RESULTADOS
DESSPORTIVOS NAS COMPETIÇÕES NACIONAIS DE FUTSAL E TÊNIS
DE MESA

Fundado em 1954, o Grupo Desportivo Fazendense tem vindo a realizar nos últimos anos algumas prestimosas participações nas competições de nível nacional onde tem participado, quer na modalidade de futsal quer na modalidade de ténis de mesa.

Na recentemente finda época 2016/17, a equipa de futsal do GDF classificou-se em terceiro lugar na classificação final da Segunda Divisão Nacional – Série Açores; assim atingindo a sua mais elevada posição classificativa de sempre nesta competição.

As equipas de ténis de mesa do Fazendense também têm participado nos anos recentes na Segunda Divisão Nacional e sempre averbando resultados positivos, assim sucessivamente assegurando a manutenção nesse escalão de competição nacional.

É de especial relevância – e deve ser elogiada - a grande participação de muitos jovens na prática desportiva por via do Grupo Desportivo Fazendense nas modalidades de futsal e ténis de mesa, sendo evidente que essa prática desportiva pelos escalões etários mais baixos tem um papel muito importante na promoção e hábitos de vida saudável.

Temos por certo que o Grupo Desportivo Fazendense irá continuar a prestigiar a Região como tem vindo a prestigiar a Ilha das Flores.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelas valorosas prestações do Grupo Desportivo Fazendense nas suas participações nos Campeonatos Nacionais da Segunda Divisão de futsal e ténis de mesa, bem como pela prática desportiva disponibilizada à

população florentina nos escalões jovens.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Grupo Desportivo Fazendense, às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores e a todos os jogadores e treinadores do GDF, bem como ao seu pessoal de apoio técnico e dirigentes.

O Deputado: *João Paulo Corvelo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(* **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PSD associa-se a este voto de congratulação proposto pelo PCP e por já, várias vezes, também, este clube ter tido o reconhecimento desta Assembleia por outras vitórias desportivas. Mas a maior vitória desportiva deste clube e dos clubes de uma ilha como a ilha das Flores é, sem dúvida, a prática desportiva que permite que os jovens florentinos pratiquem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(* **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naturalmente, associa-se a este voto e congratula-se também com a atividade desenvolvida por este clube, de uma freguesia do concelho das Lajes, que consegue resultados, a nível regional, de relevância, a prática desportiva que promove, naturalmente, cria hábitos de vida saudáveis, que importa manter na nossa juventude.

Obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também apresentado pelo PCP, é um voto de congratulação ao Grupo Desportivo Escolar das Flores que se sagrou campeão regional. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CLUBE DESPORTIVO ESCOLAR FLORES SAGRA-SE CAMPEÃO

REGIONAL

Fundado a 19 de Setembro de 1991, o Clube Desportivo Escolar das Flores (CDEF) com “apenas” um quarto de século de existência já é possuidor de uma extraordinária galeria de troféus com vários títulos conquistados no voleibol açoriano.

Numa breve resenha histórica, relembremos então:

Na época desportiva 2012/13 o CDEF sagrou-se campeão regional no escalão de juniores.

Em 2013/14 foi a vez da categoria de iniciados do CDEF sagrar-se campeão regional.

Em 2015/16 coube aos seniores do CDEF consagrarem-se campeões regionais, o mesmo acontecendo no escalão de juniores.

E em 2016/17 foram os juvenis do CDEF quem conquistou o Campeonato Regional.

Numa ilha como as Flores que sofre um despovoamento e envelhecimento populacional deveras preocupante, é de destacar a capacidade do CDEF em

agregar as faixas etárias mais jovens na prática desportiva e o facto de conquistarem inolvidáveis títulos desportivos.

Releve-se também a forte ligação do CDEF à comunidade escolar, pois os atletas deste clube nos escalões de formação são alunos da EBS das Flores, sendo que os atletas do escalão sénior são antigos alunos da Escola.

Fruto do empenho, dedicação e trabalho dos seus técnicos e jovens atletas, o CDEF tem elevado o nome da Ilha das Flores a um patamar de excelência e fazendo com que esta Ilha não seja notícia na televisão apenas quando ocorre alguma catástrofe natural ou há voos cancelados.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelos títulos conquistados pelo Clube Desportivo Escolar Flores como campeões regionais de voleibol.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos representativos do Clube Desportivo Escolar Flores, ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária das Flores, às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores e a todos os jogadores que se sagraram campeões pelo CDEF, bem como aos seus treinadores e pessoal de apoio de recuperação e fisioterapia.

O Deputado: *João Paulo Corvelo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação, porque este clube nasceu para a prática diversificada da

atividade desportiva que não o futebol e, ao longo dos anos, desenvolveu toda uma atividade relevante e, pelas particularidades e pela paixão que a maioria dos nossos jovens nutre pelo voleibol, é aí que tem obtido os seus melhores resultados.

É de salientar também que a equipa sénior é constituída toda por antigos alunos, fruto, exatamente, da ligação que existe dos mesmos à escola e à comunidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, com naturalidade, também se associa a este voto e enaltece todo o esforço e empenho que é apanágio dos dirigentes, atletas e de todos os demais que fazem parte do Clube Desportivo Escolar. É com essas vitórias que o desporto torna todos iguais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao prémio MAC 2017 – 30 anos pela carreira de pintura a Carlos Mota, é um voto de congratulação apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Prémio MAC '2017 30 anos carreira pintura a Carlos Mota

Carlos Alberto Mota Silva é um conceituado artista plástico açoriano que nasceu e viveu em Ponta Delgada, tendo iniciado estudos superiores em Lisboa. Em 1994 foi para Bruxelas, onde se formou em Arquitetura de Interiores no CAD - Centre des Arts Décoratifs.

De 1994 a 1998 foi aluno de pintura de Toma Roata e de Desenho de Jacques Richard, École des Arts D'Ixelles, Bruxelas.

O artista imprime nas suas obras uma investigação e entrega pessoal na relação com o local, com as gentes e com as suas culturas.

A relação de Carlos Mota dos Açores à arte pode ser sinonimizada por um excerto de João de Melo, em O Segredo das Ilhas, “Os Açores serão sempre uma aventura para a alma e um deslumbramento para o olhar”. Assim partiu Carlos Mota para uma aventura que prestigia e continuará a prestigiar os Açores, mas com um olhar e uma presença na sua terra natal.

A 4 de julho Carlos Mota recebeu o Prémio MAC '2017 30 anos carreira pintura, atribuída pela galeria Movimento Arte Contemporânea (MAC), que desde 1997 concede distinções a personalidades que se destacam na área da cultura e nas áreas das artes plásticas.

Do seu vasto curriculum artístico constam diversas exposições individuais e colectivas, instalações, colecções, edições e filmografia, em território regional, nacional e internacional, tendo sido registada a carreira do artista de 1993 a 2002, no programa cultural da RTP/Açores e RTP2.

O artista já expôs em diversos países como Itália, Bélgica, Alemanha, Holanda, Dinamarca, México, Canada, Estados Unidos da América e Brasil e representa Portugal em exposições internacionais desde 1998.

“Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela”, narrou Daniel de Sá e Onésimo Teotónio de Almeida em conversa entre ambos, no programa realizado em

Janeiro de 2001 para a RTP, contraponha, dizendo” se calhar é a melhor maneira de ficar nela”.

Carlos Mota saiu da ilha, mas fica nela. Nos momentos da sua ausência física, ficam as suas obras que conciliam as afirmações de Daniel de Sá e Onésimo Teotónio de Almeida.

O curriculum artístico de Carlos Mota é notável e de orgulho para as Açorianas e Açorianos e estamos certos que continuará a trilhar este caminho de mergulhar na arte e a sua sensibilidade insular pelo mundo.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um voto de congratulação ao artista Carlos Mota pela atribuição do Prémio MAC '2017 30 anos carreira pintura.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao artista Carlos Mota.

Horta, 13 de julho de 2017

Os Deputados: *André Bradford e Sónia Nicolau*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista relativamente à atribuição de um prémio de carreira ao artista Carlos Mota Silva, que conheço pessoalmente, sou testemunha da sua brilhante carreira artística.

E como sempre se tem dito aqui, nesta casa, elogiar um dos nossos, que nos engrandece, lá fora, engrandece-nos também a nós próprios.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação ao Grupo Desportivo os Minhocas, que se sagrou campeão de futsal da Associação de Futebol da Horta, é apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

GRUPO DESPORTIVO OS MINHOCAS SAGRA-SE CAMPEÃO DE FUTSAL DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DA HORTA

Fundado a 26 de Janeiro de 1979, o Grupo Desportivo Os Minhocas é uma das mais marcantes coletividades desportivas da Ilha das Flores.

Sendo indiscutível que a prática desportiva tem um papel muito importante na promoção e hábitos de vida saudável, é de elogiar aqueles clubes desportivos - como é o caso do Grupo Desportivo Os Minhocas - que fazem dos escalões jovens a sua maior preocupação.

Sempre com uma especial atenção nos escalões de formação, o Grupo Desportivo Os Minhocas nunca descuroou, no entanto, a obtenção de bons resultados competitivos (num breve resumo dos últimos 5 anos): campeão regional de futsal no escalão de iniciados na época 2011/12 e campeão de futsal da Associação da Horta nos escalões de juniores e também no escalão de iniciados em 2013/14.

Na época desportiva recentemente finda (2016/17), a equipa sénior de futsal do Grupo Desportivo Os Minhocas sagrou-se campeão da Associação de Futebol

da Horta. Com esta conquista o clube da Rua Roberto Mesquita ganhou o direito a participar no Campeonato Nacional da Segunda Divisão – Série Açores na próxima época de futsal.

Desta maneira, certamente o Grupo Desportivo Os Minhocas irá prestigiar a Região, tal como tem prestigiado a Ilha das Flores.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelo título conquistado pelo Grupo Desportivo Os Minhocas como campeão de futsal da Associação de Futebol da Horta.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Grupo Desportivo Os Minhocas, às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores e a todos os jogadores que se sagraram campeões pelo Grupo Desportivo Os Minhocas, bem como aos seus treinadores e pessoal de apoio técnico e dirigentes.

O Deputado: *João Paulo Corvelo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto de congratulação pelos resultados desportivos alcançados. No entanto, e estes são, agora, a nível das camadas jovens, mas importará aqui realçar ainda aquilo que foram, num passado bem recente, as dificuldades que esta coletividade atravessou, fruto da sua participação no campeonato nacional da terceira divisão da série Açores, que deixou numa situação financeira extremamente complicada. E aqui importará lembrar a equipa liderada, então, pelo saudoso Lucino Lima, que resolveu pôr mãos à obra e manter esta

coletividade em funcionamento, permitindo manter a sede e, agora, conseguir estes resultados desportivos que a todos nos congratula.

Portanto, era isto que gostaria de dizer, o trabalho que tem desenvolvido na comunidade, sendo, por ventura, o clube com maiores associados na ilha das Flores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, com naturalidade, se associa ao voto de congratulação do Grupo Desportivo dos Minhocas ter-se sagrado campeão de futsal da Associação de Futebol da Horta; quer enaltecer o empenho e a dedicação de todos os seus dirigentes na recuperação económica deste clube, registando que este clube, para além de ter enormes tradições desportivas na ilha das Flores, também tem tradições sociais que têm muito valor na sociedade onde se insere.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais inscrições. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O nosso último voto de congratulação é também apresentado pelo PCP, refere-se à retoma de atividade por parte do Boavista Sport Clube. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

BOAVISTA SPORT CLUBE RETOMA ATIVIDADE

Fundado a 4 de Janeiro de 1966, o Boavista Sport Clube é o clube herdeiro do primeiro grupo de futebol que iniciou a prática daquela modalidade na Ilha das Flores.

Tendo passado por uma fase muito crítica na última década, no ano passado um grupo de sócios do Boavista empreendeu a árdua tarefa de reerguer o clube e recentemente inauguraram a sua nova sede.

Para além das modalidades comuns de prática desportiva nas Flores (como sejam o voleibol, o futsal e o ténis de mesa), neste seu regresso à atividade o Boavista aposta também nas atividades desportivas de manutenção com a promoção e hábitos de vida saudável.

Numa ilha pouco populosa como as Flores é de louvar a paixão, dedicação e amor a uma causa de alguns sócios que fizeram com que o Boavista Sport Clube retomasse a prática desportiva e serviço à comunidade após mais de uma década de inatividade.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelo retomar de atividade do Boavista Sport Club e desejando-lhe os maiores êxitos.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Boavista Sport Club e às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores.

O Deputado: *João Paulo Corvelo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao voto de congratulação pela retoma da atividade desportiva do Boavista Sport Club, sobretudo porque numa ilha pequena e com as dificuldades que todos nós conhecemos, quando uma instituição, quando uma coletividade fecha as suas portas a tendência é que não as volte a reabrir. O Boavista Sport Club inverteu essa tendência e, neste momento, é importante realçar e registar o empenho e a dedicação que esses novos dirigentes têm para com o clube.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto de congratulação e sobre esta coletividade que, como é aqui dito, viveu um período de inatividade, resultado também de aventuras que foram tidas na participação nos campeonatos da série Açores e que agora, felizmente, um grupo de sócios, já há cerca de um ano, tenha conseguido formar listas e reativar a coletividade.

O que desejo também é que consigam congregar antigos sócios e chamá-los à participação, de forma a que, efetivamente, a atividade deste grupo desportivo volte a ser uma realidade, que muita falta faz à comunidade das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de protesto, é apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(Neste momento, o Deputado Paulo Parece foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

A contaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira, uma herança pesada deixada pelas forças militares dos Estados Unidos da América instaladas na Base das Lajes, é de conhecimento público desde 2008. No entanto, a sua existência é anterior à referida data, sem que até à mesma, os potenciais riscos para a ilha Terceira e sua população fosse questionada.

Neste contexto, em abril de 2016, o Governo da República assumiu finalmente, numa declaração conjunta com o Governo Regional dos Açores, a responsabilidade de lidar com o passivo ambiental resultante da presença militar norte-americana na Base das Lajes.

Infelizmente, um ano e 2 meses após este acontecimento, a atuação da República direcionada a esta matéria tem sido escassa e insuficiente para que finalmente se pudesse avançar de forma eficaz na descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória.

Aliás, as declarações de vários membros do Governo da República são a prova de que o processo está à deriva, e sem consenso, denotando-se assim uma absoluta falta de interesse e estratégia, culminando até ao momento e que tenhamos conhecimento, com uma incapacidade total de negociação com os EUA.

Em fevereiro de 2017, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Santos Silva, afirmou que as verbas para o processo de descontaminação que constam do famoso Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira **“valem zero”**.

Em março de 2017, o Ministro da Defesa, Azeredo Lopes, disse desconhecer os resultados das análises que confirmaram a contaminação de solos e aquíferos. Na passada semana, o mesmo ministro volta a ser protagonista, proferindo declarações mais uma vez infelizes, e que tentavam ridicularizar e diluir a importância nacional das questões da Base das Lajes e dos Açores. Não obstante, conseguiu ainda adjetivar um jornal Terceirense de “coisa”.

Em abril de 2017, o Ministro do Ambiente, Matos Fernandes, iliba o Governo da República de responsabilidades neste processo e remete-as para o Governo Regional dos Açores.

Estas declarações são inaceitáveis e merecem da nossa parte um voto de protesto, uma vez que provêm de membros do Governo que deveriam ser uma “voz ativa” e unânime para a resolução do problema, denotando também uma desarticulação e desconhecimento profundo sobre a forma que toda esta matéria deveria estar a ser abordada pelo Governo da República do Partido Socialista, constituindo assim uma verdadeira afronta à nossa autonomia.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata propõe que Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove e emita um voto de protesto face às declarações inqualificáveis dos respetivos membros do Governo da República proferidas no âmbito do processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017.

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Almeida, Catarina Chamacame Furtado e César Toste*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, já, ontem, através de alguns votos de protesto, tivemos a oportunidade de avaliar politicamente alguns dos comportamentos do Estado português, ao longo dos tempos. O meu grupo parlamentar encarregou-me, nesta circunstância, de me pronunciar sobre um comportamento mais recente e ainda em decorrência do Estado português, que não é dos mais felizes ou dos mais irrepreensíveis, porque, como sabemos todos, há aqui questões, quer ao nível da prontidão, quer da intensidade, que não nos agradam e creio que há um absoluto consenso sobre isso. Mas a vida é assim mesmo. Na desordem natural das coisas, tiveram mais sorte e tiveram, por exemplo, oportunidade, como, por exemplo, o Sr. Deputado Duarte Freitas, de se pronunciar sobre uma coisa simpática que o Estado português fez, pioneira, a abolição da pena de morte, uma coisa com 150 anos de garantia muito mais segura e muito mais feliz do que esta minha.

Mas é exatamente devido a esta desordem natural que existem os socialistas. É para pôr alguma mãozinha nas coisas...

Deputado António Marinho (PSD): Isso é de uma infelicidade!

O Orador: ... e para dar alguns óculos à mãozinha invisível.

Portanto, nesta medida, sobre este voto, eu gostava de dizer que ele não traz...

Deputado António Marinho (PSD): Esta gente esta cada vez pior!

O Orador: Sr. Deputado Marinho, tem alguma coisa para dizer?

Deputado António Marinho (PSD): Tenho a dizer que isso é de uma infelicidade terrível!

Presidente: Srs. Deputados, não vamos entrar em diálogo!

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça o favor de continuar.

O Orador: Sr. Deputado, eu pensava que da lista de compensação, o Sr. Deputado estava mais calmo.

Presidente: Srs. Deputados!

Orador: Pensava que o Sr. Deputado estava mais calmo, mas não está! Sabe, há uns que não podem dizer nada; há outros que podem dizer tudo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E ao contrário do que possa parecer, porque também alguns não gostam muito da democracia, são os derrotados que podem dizer tudo. Mas fique descansado que nós não aceitamos isso nem nos sentimos intimidados por isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado António Marinho (PSD): Eu de si tenho pena!

O Orador: Porque este voto,...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... pela sua repetição, pelos lugares comuns que diz, pelo facto de esquecer, não por acaso, que este assunto está sendo tratado seriamente em comissão,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Está! Onde? Diga lá onde?

O Orador: ... com duas iniciativas (nesta comissão, com duas iniciativas), é assim mais ou menos um voto leve, um voto estival, um voto de julho. E vou dizer por quê. E até vou dizer, para continuar a escandalizar o Sr. Deputado Marinho, embora não seja inédito em termos de linguagem parlamentar, que este voto parece-me um bocadinho um voto biquíni, e explico por quê. É um voto de slogans que repete os mesmos slogans, os mesmos *sound bites* que o

PSD anda a usar nesta matéria desde a Assembleia da República. O Sr. Ministro disse, “vale zero”, o Sr. Ministro disse não sei quê. Portanto, é um voto de *sound bites* curtos, mas é um voto que tenta, de uma forma inábil, e eu diria mesmo que de uma forma politicamente indecente, esconder partes essenciais da realidade. É um voto que parte de 2008 para 2016; é um voto que tenta esconder a história. Também, nesta medida, podíamos dizer, talvez para agradar mais à bancada do PSD e por causa da moral, que, afinal, é um voto burca, é um voto que tenta esconder a face dos governos da direita e a responsabilidade dos governos da direita nesta matéria.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: V. Ex.^{as} que escolham...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... porque o vestuário e a roupagem, afinal, não fazem esquecer a substância desta matéria...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a burca!?

O Orador: ... e o verdadeiro objetivo deste voto. Porque o objetivo deste voto não é tratar seriamente este assunto, como tem vindo a ser tratado,...

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... pelo contrário, o objetivo deste voto, face a um difícil, mas gradual, esforçado consenso que nós temos vindo a fazer sobre esta matéria, este voto repete a brincadeira, agora a outros, agora ao PS, no mês passado, foi à bancada do CDS-PP, de fazer corridinhas, ou seja, de, no fundo, dividir, de procurar protagonismos e essa divisão, em matérias essenciais, designadamente nesta em que tanto precisamos de consenso, em que tanto precisamos de força açoriana,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... não é uma boa ideia, não é verdadeira nem politicamente séria, não ajuda à resolução do problema. E isto tem que ser dito, porque este fugaz

festival é também, parece-me a mim, um fogacho que não esquece que estamos em julho e que outubro está próximo, outubro vem já aí.

Mas, embora possa revelar alguma angústia antes do penalti autárquico de alguns líderes ou de alguns dirigentes do PSD, não resolve nem contribui positiva e seriamente para a resolução deste problema.

Nesta sede e com outros, com todos os outros, de boa vontade, continuaremos a tratar deste assunto.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, o CDS não veio aqui fazer uma corridinha em relação a este assunto.

Deputado Francisco Coelho (PS): Percebeu ao contrário! Percebeu mal, Sra. Deputada! A senhora não percebeu nada!

A Oradora: Devo dizer-lhe que em relação à questão da descontaminação, esta corrida começou com o CDS sozinho a denunciar, já em 2008,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... que os solos e equíferos da Praia da Vitória estavam contaminados e, nessa altura, olhamos para o lado e estávamos sozinhos. Nem a bancada do PS, nem a bancada do PSD,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... ninguém quis estar ao nosso lado.

Portanto, em relação às corridinhas, estamos falados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): A senhora não percebeu!

A Oradora: Em relação ao voto de protesto,...

Presidente: Srs. Deputados! Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira...

A Oradora: ... eu devo lembrar que, apesar de infeliz a declaração do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de que para o processo de descontaminação, em termos de verbas, valia zero, é natural que assim seja, porque a declaração conjunta aquilo que diz é tão somente isto: “O Governo da República disponibiliza apoio técnico no domínio da descontaminação”. Portanto, a República só assumiu dar apoio técnico na descontaminação,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem visto!

A Oradora: ... nunca assumiu publicamente que iria dar qualquer apoio financeiro e isto foi dito aos açorianos na presença do Governo Regional e uma vez mais ficaram todos calados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto, em relação a esta matéria, o CDS não tem que fazer corridinhas.

Deputado Francisco César (PS): “Votem em mim para a Câmara de Angra”!

A Oradora: E devo dizer que aquilo que é importante, neste momento, passados todos estes anos, é, efetivamente, descontaminar a Base das Lajes e a responsabilidade é clara e já foi aqui dito pelo CDS: ao abrigo da Lei das Finanças Regionais, quem tem a responsabilidade de descontaminar é o Governo da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E para que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda não fique a achar que, ontem, foi discriminado sozinho, hoje, voltamos a dizer a mesma coisa em relação a esta matéria. Existem duas iniciativas, uma do CDS e uma do PSD, a serem analisadas sobre esta matéria e, portanto, consideramos que este voto de protesto é, em igualdade de circunstâncias, extemporâneo.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Esteve bem na última parte!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

Sr. Deputado Paulo Mendes, peço desculpa.

O Sr. Deputado Francisco Coelho pede a palavra para um protesto a?

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Eu quero protestar porque recebi críticas da Sra. Deputada Graça Silveira como resposta aos elogios que eu fiz à sua bancada. Eu sei que é um pouco inédito, Sra. Deputada, mas houve aqui verdadeiramente um *lost in translation*.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, parece-me que, aqui, a figura do protesto não faz muito sentido.

O Orador: Era um protesto simpático, porque a Sra. Deputada não percebeu que eu critiquei a corridinha do PSD relativamente à iniciativa tempestiva do CDS-PP, mas devo dizer,...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, fica o esclarecimento dado.

O Orador: ... Sra. Deputada, que, ainda assim, e porque tenho pele dura,...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: ... mantenho o elogio e o pioneirismo do CDS-PP...

Deputado Luís Garcia (PSD): A Sra. Presidente não lhe deu a palavra!

O Orador: ... e conto com o CDS-PP para tratar deste assunto.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): A Sra. Presidente não lhe deu a palavra!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, qual foi a figura regimental?

Presidente: Sr. Deputado Francisco Colho, pois naturalmente que, não me tendo ouvido, também não permitiu que eu pudesse esclarecer. Não poderia ter feito o protesto e, apesar do esclarecimento ser sempre útil, quando é importante para que não hajam mal-entendidos, também não lhe tinha dado a palavra.

Sr. Deputado Paulo, pedindo desculpa pela interrupção, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Mendes...

O Orador: Devo, desde já, anunciar que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente este voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Contudo, e ao começar a ler o voto, eu pensei que a parte resolutiva (pensei eu, se calhar, mal) iria apresentar uma verdadeira preocupação face a uma ação consequente do Governo da República ou até mesmo dos Estados Unidos para que descontaminassem os aquíferos contaminados na Praia da Vitória ou na ilha Terceira. Mas, afinal de contas, chegamos à parte resolutiva e vemos que o protesto é feito face às declarações inqualificáveis dos respetivos membros do Governo da República proferidas no âmbito do processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória.

Ora, certamente que todos nós, nesta casa, condenamos estas afirmações, que, se calhar, da forma mais ingénuas de as interpretar, as veríamos como fruto do desconhecimento, como se isso já não bastasse e já não fosse só por si grave.

Mas a questão que se coloca é: o PSD, de facto, preocupa-se muito com aquelas que foram as afirmações graves (não deixam de ser graves) dos ministros, então, e a contaminação dos aquíferos? Está só na exposição de motivos que levam, depois, ao voto de protesto face às afirmações dos ministros? Não vejo grande consequência no voto de protesto, não nos traz muito de novo este voto de protesto. Aliás, o Sr. Deputado Duarte Freitas, enquanto líder parlamentar e não só, também como dirigente partidário do PSD, anda, digamos assim, em modo de passeio, quase como que numa espécie de turismo diplomático, com o seu amigalhaço Devin Nunes, para garantir, não a descontaminação dos aquíferos da Praia da Vitória, mas para garantir a permanência e a atividade dos norte-americanos na ilha Terceira. Ou seja, o Duarte Freitas está mais preocupado, e o PSD, com a permanência do poluidor no local que está contaminado.

O que é que interessa, de facto, aos terceirenses? Vamos ser consequentes, realistas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estava a ir tão bem, mas descambou!

O Orador: O que é que interessa, de facto, aos terceirenses? Interessa, certamente, que não continuemos a ter uma presença militar norte-americana que, neste momento, impede investimento a sério, com potencial para criar emprego e interessa também a preservação do ambiente e da saúde pública. Essas são as prioridades para os terceirenses.

Podemos andar aqui à volta de alguns *fait divers*, mas que, na nossa perspetiva, são *fait divers* que não deixam de ser graves, mas temos também que relativizar as coisas, por quê? Porque servem essencialmente para o PSD, que está mais

preocupado em fazer chicana política deste tema, e está completamente alinhado com o Partido Socialista. Está! Está completamente...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: ... alinhado.

Aliás, tivemos a oportunidade ainda de, ontem, ouvir afirmações do Sr. Deputado José San-Bento que dão prova disso mesmo, que PSD e PS, nesta matéria, o que lhes interessa, a prioridade é qual? É garantir e satisfazer aquelas que são as pretensões e as prioridades para, não é propriamente um aliado, se calhar, mais um patrão, que são os Estados Unidos.

Portanto, o que interessa não é tanto a criação de emprego na ilha Terceira ou até mesmo na região, nem mesmo a preservação do ambiente e da saúde pública, a prioridade das prioridades está em manter um relacionamento imaculado com os Estados Unidos e para isso, até se for possível, não se fala muito da contaminação dos aquíferos com os poluidores, é melhor não embarçá-los.

Portanto, no essencial, tanto o Partido Socialista, como o PSD, só divergem naquilo que são os *fait divers*. O PSD acusa, e com razão, os ministros do Governo do Partido Socialista na República de proferirem afirmações graves, mas também o PSD não tem ações consequentes para ultrapassar o grave problema ambiental que temos na ilha Terceira.

Aliás, o Bloco de Esquerda, tanto aqui nesta Assembleia, como na Assembleia da República, tem tido uma atuação completamente coerente. Devo relembrar que, além de um projeto de resolução que apresentámos na Assembleia da República, em outubro de 2016, e que foi aprovado por unanimidade para que o Governo da República...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... forçasse, de certa forma, e movesse influências para que os Estados Unidos procedessem à limpeza do passivo ambiental deixado pelos Estados Unidos na ilha Terceira, o Bloco de Esquerda, ainda há pouco tempo, apresentou um projeto de resolução com várias medidas, a propor várias medidas ao Governo da República, entre as quais uma que nos diz que o processo de monitorização e acompanhamento que é feito, neste momento, pelo LNEC à descontaminação dos aquíferos na ilha Terceira, todo esse processo, o custo desse processo fosse imputado ao Governo da República. Ora, todos os partidos representados...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador: ... na Assembleia da República votaram favoravelmente este ponto resolutivo, que parece completamente pacífico, ou seja, pôr o Governo da República a pagar os trabalhos de acompanhamento do LNEC à descontaminação dos aquíferos da Praia da Vitória, mas, incompreensivelmente, o PSD absteve-se.

Bem, e quanto a isso, estamos conversados.

Se calhar, na próxima oportunidade que tivermos de discutir uma iniciativa que está em apreciação em comissão do Grupo Parlamentar do PSD, continuemos, então, a revelar factos importantes que têm acontecido na Assembleia da República e que demonstram bem a incoerência do PSD neste tema.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Bem, não sei se o Sr. Deputado Francisco Coelho não sabe ler, não quis ler, não lhe conveio ler,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Tive alguma dificuldade, sobretudo nas palavras esdrúxulas!

Deputado André Bradford (PS): Não seja desagradável!

A Oradora: ... não sei, mas pronto!

Desagradável depois daquilo que foi proferido, aqui, em relação a este voto? Acho que ainda não vi muita coisa, mas, realmente, é triste que um deputado da Terceira tenha uma postura destas.

Deputado André Bradford (PS): Não seja desagradável!

A Oradora: Enfim!

Deputado André Bradford (PS): Da Terceira ou de outro sítio qualquer!

A Oradora: E, realmente, o voto,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... que encontra as declarações infelizes dos ministros do Governo da República e se o senhor não quer reconhecer isso, temos muita pena que assim o seja. Esta bancada está e viu as declarações que os mesmos proferiram quando foram diretamente confrontados e acho que isso não há volta a dar e é incontornável.

Agora, dizer que o PSD não se preocupa com esta questão também não me parece muito coerente. Até recordo que fomos nós que, no final de março, chamamos a Sra. Secretária à Comissão de Assuntos Parlamentares, fomos nós que lidamos o processo e, em sede de comissão, penso que os deputados do PS não tiveram muitas dúvidas, até porque as perguntas feitas aos esclarecimentos pedidos não foram muitas. Portanto, não percebo a sua ação.

Deputado André Bradford (PS): Está quase nos requerimentos! No número de requerimentos!

Deputado Francisco Coelho (PS): Este não é um bom contributo, Sra. Deputada!

A Oradora: Enfim!

O que é certo também é que há aqui uma grande incoerência, porque quando entram as últimas iniciativas, quer do CDS-PP, quer do PSD, espanta-me que as diligências apresentadas tenham sido novamente que a Sra. Secretária venha à mesma comissão prestar outra vez declarações. Portanto, acho que há aqui uma grande incoerência de atitudes, ao fim de um mês, voltar a ouvir a Sra. Secretária, quando ela nada adiantou de novo no processo, é, enfim, triste e é, sim, é isso que preocupa esta bancada, um atraso naquilo que é um processo altamente, eficaz, não, que deveria ser um processo altamente eficaz e necessário, a bem dos terceirenses e a bem dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 4 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Sras. Deputada Mónica Seidi, pede a palavra para?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muita pena que eu vejo que este voto não é aprovado, nesta casa, por unanimidade, porque, mais uma vez, o que interessa é...

Deputado Francisco César (PS): Tem de justificar o seu sentido de voto! Está a fazer uma declaração de voto!

A Oradora: Posso continuar?

O que estamos a discutir é um assunto que vai marcar, obviamente, esta legislatura, tem marcado e da pior forma, ou seja, este assunto, como referi no voto, é de conhecimento desde 2008, tem sido arrastado, ao longo de anos e anos, e, pelos vícios, vai continuar a ser, porque o processo continua à deriva, continuamos sem ter um rumo e continuamos sem saber, até agora, o que foi realmente feito e discutido na comissão bilateral e o que é que o próprio Governo Regional pretende fazer perante a incapacidade e a desresponsabilização do Governo da República num assunto tão importante para a Terceira, para os açorianos e que, infelizmente, irá pôr em risco a saúde pública, apesar de tudo o que tem sido dito, mas que não podemos deixar passar sem que nada seja feito.

Deputado André Bradford (PS): Então fazem votos de protesto!

A Oradora: Portanto, vamos continuar a defender este assunto.

Se for preciso, vamos fazer votos de protesto, vamos pôr...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

A Oradora: Não interessa! Vamos pôr o assunto sempre em cima da atualidade política e vamos lutar até ao limite, para que os terceirenses e os açorianos, em geral, vejam ou, pelo menos, percebam que alguma coisa tem que ser feita.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto...

Sr. Deputada André Bradford, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para deixar registado que o que a Sra. Deputada Mónica Seidi acabou de fazer não é uma declaração de voto, é o retomar e o concluir, o sintetizar da argumentação do PSD, ao longo do debate anterior, mas não diz nada sobre a justificação do seu sentido de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Da próxima vez a gente pergunta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Damos um guião!

Presidente: Srs. Deputados!

... fica registada a sua interpelação.

A Mesa, apesar de tudo, entende que a argumentação que foi feita justifica o motivo e a importância da matéria para o sentido de voto do PSD.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra este voto de protesto sobre esta matéria exatamente por achar que esta matéria, pela sua importância, pela sua essencialidade, pelos desenvolvimentos que teve e, sobretudo, que merece e que exigiremos que tenha, não pode ser tratada sob pena de desvalorização como mera arma de arremesso político através de um mero voto.

Esta Assembleia, felizmente, já fez mais do que votos sobre esta matéria, certamente, esta Assembleia fará muito mais do que votos sobre esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Para a resolução deste problema, podem, sinceramente, contar com o Partido Socialista, assumindo toda a história e independentemente da cor dos Governos da República.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O próximo voto de protesto é do PPM, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Excelentíssima Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra a tirania e os ataques à liberdade de expressão protagonizadas pela maioria governamental açoriana

A maioria governamental açoriana está, neste momento, a tentar condicionar e criminalizar os votos e as opiniões manifestadas livremente pelos deputados da oposição no âmbito do exercício das suas funções parlamentares, violando, de forma expressa e intencional, todas as garantias que existem a este respeito na Constituição.

O ariete deste ataque à liberdade de expressão e à democracia parlamentar é um deputado governamental que viu os seus atos referendados e avalizados pelo presidente do seu Grupo Parlamentar, que lhe manifestou todo o seu apoio político e institucional. Na verdade, que isenção pode garantir, no âmbito do exercício da presidência de uma comissão parlamentar, um deputado que já anunciou o propósito de apresentar queixas-crime contra outros deputados a propósito de opiniões, livremente expressas por estes, no âmbito de uma discussão parlamentar realizada no Plenário do Parlamento dos Açores? Nenhuma, como é óbvio!

Deputada Mónica Rocha (PS): Acusações!

O Orador: Trata-se de um ato sem precedentes no sistema democrático parlamentar. De uma prática que só tem precedentes em sistemas políticos fascistas e autoritários.

A preservação da liberdade de expressão no Parlamento constitui a última e derradeira trincheira que separa a democracia da tirania nos Açores. Da fronteira formal entre uma maioria que se eternizou no poder e a preservação de um sistema parlamentar livre.

Os homens e mulheres da oposição parlamentar açoriana têm o dever sagrado de permanecer firmes na defesa da liberdade de expressão e da democracia. Devem resistir a todas as formas de pressão que pretendem condicionar as suas opiniões e a sua apreciação livre no âmbito das suas tomadas de posição.

Não é um assunto de vida ou morte. É muito mais que isso. O que está em jogo é a preservação da liberdade nos Açores. Do significado último das vidas que vale a pena viver: a vida dos homens e mulheres livres. É por isso que os homens e mulheres livres que aqui se sentam neste Parlamento, em representação de outros homens e mulheres livres, não podem deixar cair o derradeiro torreão parlamentar em que se abriga a liberdade nos Açores.

Viva a Liberdade!

Viva o Povo Açoriano!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe a apresentação do seguinte Voto de Protesto:

O Parlamento dos Açores condena, veementemente, todas as tentativas de condicionamento das opiniões e tomadas de posição dos deputados da oposição democrática, que a maioria governamental está atualmente a realizar nos Açores.

Viva a Liberdade!

Vive a Democracia!

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2017

O Deputado Regional: *Paulo Estêvão*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão é um profissional da indignação. O Sr. Deputado Paulo Estêvão, todos os Plenários, se indigna com alguma coisa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que será?

O Orador: ... sempre num tom muito violento, sempre num tom muito ríspido, sempre com grande margem de desagrado. Isso acontece porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão é, talvez, aqui, nesta casa, o deputado com características mais específicas, mais de franja.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veja lá se não leva um processo!

O Orador: É aquele deputado que, garantido o seu eleitorado, depois pode dedicar-se a tudo o resto e, portanto, dedica-se à indignação permanente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou processá-lo porque chamou-me de homenzinho!

O Orador: Depois, também é um deputado que dá jeito, porque, quando os partidos maiores e os maiores grupos parlamentares não querem assumir o debate mais incómodo, o Sr. Deputado Paulo Estêvão serve de porta-voz daquilo que os outros não querem dizer ou têm dificuldades em assumir.

Mas, tirando isto...

Eu dou-lhe esse mérito, Sr. Deputado! O Sr. Deputado assume sempre com frontalidade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em relação a si, costumo dizer na cara!

O Orador: ... aquilo que pensa e as suas reivindicações. Esse mérito, eu concedo-lhe.

A questão que aqui é trazida tem dois planos de abordagem. Um é o plano jurídico,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Aqui já se trata de coisas jurídicas!?

O Orador: ... e sobre isso eu não vou, obviamente, pronunciar-me enquanto líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o PS em si não têm nada a ver com qualquer ação judicial, qualquer processo judicial...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Imagine!

O Orador: ... e, portanto, não é, de certeza, para mim nem para esta bancada que essa questão se dirige.

Mas, dito isto, há algo que é preciso que se possa refletir, é que, sendo essencial à democracia, essencial, completamente basilar nas democracias, o direito à expressão, à liberdade de expressão, também é verdade que qualquer código penal considera que esse direito não é absoluto e considera que a utilização abusiva desse direito faz incorrer na prática de uma série de crimes.

Portanto, isso significa que, prezando nós como valor fundamental da democracia a liberdade de expressão, temos também absoluta consciência de que esse direito não pode ser exercido só porque sim nem com a latitude que cada um quer, quando o que está em causa é o respeito pela honra do outro a quem nós nos dirigimos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: E o Código Penal não deixa dúvidas: o Código Penal prevê crimes contra a honra derivados do abuso da liberdade de expressão; prevê a difamação;...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a Constituição? O que é que diz a Constituição?

O Orador: ... prevê a injúria; prevê a calúnia.

Portanto, se o Código Penal de uma democracia e de um Estado de direito democrático prevê crimes por abuso de liberdade de expressão, isso significa que, sendo esse direito basilar, ele pode ser bem usado ou mal usado e isso pode acontecer a qualquer um e quando acontece existe o sistema judicial para aquele que sente a sua honra lesada poder exercer a defesa dessa mesma honra.

Portanto, julgo que sobre isso não há nada que possa justificar as acusações de tirania, de fascismo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Totalitarismo! Pior do que isso!

O Orador: ... que nos são dirigidas.

Aliás, eu faço lembrar uma coisa. Eu sei que é pessoal, não fica muito bem, mas é o exemplo de que eu me lembro.

Eu, nesta casa, uma vez em aparte, disse que, em relação à bancada do PSD, era eu membro do Governo, os senhores tinham um comportamento de colaboracionistas e alguém me disse do outro lado que não tinha percebido e eu disse, então não sabe o que é colaboracionista? Amigos dos nazis. Foi isso que eu disse. Suspendemos os trabalhos, tivemos uma Conferência de Líderes

especial, imediata, de duas horas e meia, e eu voltei e tive que pedir desculpa por ter referido e utilizado esse termo. Aqui, chama-se a esta bancada tiranos, fascistas e, portanto, isso para vos transmitir que a margem de liberdade de expressão que nós concedemos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais um processo!

O Orador: ... e com a qual nós conseguimos conviver é muito maior do que a margem de liberdade de expressão que alguns me concederam há alguns anos. Portanto, o sistema democrático e autonómico funciona com todo o respeito pela liberdade de expressão, felizmente.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não nos revemos nem nas acusações nem nos termos utilizados por este voto e cremos que isto é uma forma artificial de prolongar um debate que, infelizmente, já se tornou em algo que devia fazer-nos pensar, parar para pensar, em vez de ser sujeito a contínuo aproveitamento político-partidário. Vamos parar um bocadinho para pensar em vez de alimentar as coisas desta maneira.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, quero dizer que vamos votar favoravelmente este voto de protesto do PPM e aquilo que tem estado aqui em causa é mais do que questões parlamentares, de sessões parlamentares,...

Deputado José San-Bento (PS): Ao que isto chegou!

O Orador: ... aquilo que está aqui em causa tem a ver, de facto, com a liberdade, mas também tem a ver, de facto, com a forma como se olha e exerce o poder.

Aquilo que, nas últimas semanas, foi discutido publicamente face a informações que também vieram a público relativamente a pressões eventualmente ilegítimas...

Deputado André Bradford (PS): Agora já é eventualmente!

O Orador: ... sobre membros da administração regional não é mais do que o seguinte. Todos ouvimos, sentimos, pressentimos esta pressão junto das pessoas. Vamos convidar um elemento para 13.º lugar de uma lista à junta de freguesia...

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, desculpe lá, mas isto não é o conteúdo do voto!

O Orador: ... e ele olha para o lado com medo de dizer sim. É este o sistema, o regime que temos nos Açores.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: E o que verdadeiramente aconteceu não foi nada de novo, Sras. e Srs. Deputados, o que sucedeu em relação a estas pressões não é nada de nada, isto é o que sentimos e pressentimos diariamente deste poder que quer afogar os açorianos pelo medo; o que aconteceu de novo é que foram descobertos, isso é que foi de novo.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas o que é que isto tem a ver com o voto?

O Orador: Foram descobertos, sem a mais pálida dúvida.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, agradeço que se centre na questão do voto!

O Orador: Isto foi o que aconteceu de novo. E por isso, Sra. Presidente, estou a contextualizar a razão de ser do nosso voto favorável a este protesto.

Presidente: Sim, mas o voto é muito... Sr. Deputado, peço desculpa, mas é que o voto é muito específico sobre uma questão em concreto que não é essa que acabou de referir.

O Orador: Com certeza!

Aquilo que aconteceu foi que tudo aquilo que nós sabemos que se passa na sociedade açoriana de uma maioria absoluta que quer ser poder absoluto e quase poder totalitário, aquilo que sentimos e pressentimos, desta vez, foi descoberto e em vez de assumirem tentaram condicionar, calar e desviar as atenções para o verdadeiro problema. E o problema que existe nos Açores é a falta de liberdade em muitas pessoas poderem atuar civicamente, desde uma lista para uma junta de freguesia a ter uma posição pública. E isso existe nos Açores, desta vez o que há de novo é que foi descoberta, comprovadamente, a razão de ser, foram apanhados.

Deputado André Bradford (PS): É a desculpa para os seus resultados eleitorais!

O Orador: Foram apanhados e é isso que transtorna muito esta maioria socialista que quer ser poder absoluto e quase poder totalitário.

E aqui dizemos: podemos concordar convosco, podemos discordar, mas não nos vamos vergar!

Deputado André Bradford (PS): O seu problema é interno!

O Orador: Alguém tem que resistir e nós aqui vamos resistir em nome do povo açoriano e daqueles que têm medo e nós emprestaremos a voz a esses que têm medo...

Deputado André Bradford (PS): É a desculpa!

O Orador: ... a defender a liberdade, nos Açores, e a autonomia, contra um poder que quer mandar em tudo e mandar em todos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Solicito um intervalo regimental.

Presidente: É regimental. Regressamos ao meio dia e cinco.

É ao meio dia e cinco, então, que regressamos.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Vamos, então, dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Compete a esta Assembleia, no exercício das suas funções, a fiscalização, compete fiscalizar, vigiar, pedir o cumprimento da Constituição, do Estatuto e das leis e apreciar os atos do Governo e da administração regional autónoma, uma administração regional autónoma que se quer livre e ao serviço de todos os açorianos e não apenas de alguns.

Sempre cumpro e cumprirei em liberdade o mandato que me foi conferido pelos açorianos. É essa a nossa função como oposição nesta casa da democracia.

Continuarei, com frontalidade e com a coragem que a razão me concede, a exercer as minhas funções em nome da construção de uma autonomia responsável e democrática. Defendo e defenderei a democracia e o direito de todos os açorianos se exprimirem em liberdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não me calarei, não me deixarei intimidar e, Sras. e Srs. Deputados e Sra. Presidente, mais vale morrer livres do que em paz sujeitos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, PPM e CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reconhece que, de facto, a democracia nos Açores sofre de problemas, temos autênticos atropelos a essa mesma democracia, temos vindo a assistir a episódios de insensatez política da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, da parte, até, de um dos seus deputados, o Sr. Deputado Miguel Costa, mas reconhecemos que assiste ao Sr. Deputado Miguel Costa a possibilidade, o direito e até a liberdade de tomar qualquer ação extraparlamentar que pretenda.

Contudo, existem consequências políticas dessa ação, existirão sempre; existirão sempre interpretações dessas ações, e é isso que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda condena, ou seja, a ação, a opção tomada pelo Sr. Deputado Miguel Costa, com a cobertura política do seu grupo parlamentar.

Posto isto, e reconhecendo que existem, de facto, atropelos à democracia nos Açores, até mesmo à legalidade de algumas situações, não nos sentimos à

vontade com algumas das expressões utilizadas no conteúdo deste voto, porque, apesar de todos estes problemas que eu anunciei, não é comparável, a situação nos Açores não é, certamente, comparável a um sistema fascista, porque ainda há separação de poderes, e espero que assim continue. Tanto é, e o que torna este voto não é a intenção, que com a intenção nós concordamos, não temos qualquer problema com a intenção, agora, o modo de expressão é que é, em certa forma, inadequado.

Inadequado também porque comparar a situação atual, na região, com sistemas fascistas pode também ser interpretado politicamente como uma tentativa de branqueamento de sistemas fascistas e nisso o Bloco de Esquerda não poderá alinhar.

Por isso, reconhecendo a intenção do voto, mas não nos sentimos minimamente confortáveis com algumas das expressões utilizadas, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá abster-se relativamente a este voto.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Corvelo, dispõe de apenas um minuto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos votar favoravelmente e estamos de acordo com o voto de protesto apresentado pelo Sr. Deputado do PPM.

Na nossa intervenção relativamente ao debate de urgência sobre o funcionamento da ilha do Pico e as ingerências político-partidárias da sua gestão já referimos tudo aquilo que protesta o Sr. Deputado do PPM.

O Sr. Deputado do PPM, através deste voto, vem confirmar as denúncias que fizemos aqui na referida intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado André Bradford, na sua intervenção, fez-me várias alusões. Disse que eu era um profissional da indignação, disse que eu pertencia a uma franja,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Processa-o!

O Orador: ... disse que eu era um deputado que dá jeito, que serve de porta voz. Eu não utilizei nenhuma figura regimental para intervir em relação às expressões menos adequadas do Sr. Deputado,...

Deputado André Bradford (PS): Menos adequadas?!

O Orador: ... porque, evidentemente, agora, conto fazer-lhe referência. E quero dizer-lhe o seguinte. Recordando-lhe, fui buscar esta capinha, com os seus artigos,...

Deputado José San-Bento (PS): Haja paciência!

O Orador: ... quando o senhor se indignava. Eu vou lembrar-lhe quando o senhor também era um profissional da indignação...

Deputado André Bradford (PS): Já me passou!

O Orador: ... e dizia o senhor: “O Governo é alguém de quem muitos dependem economicamente e a que todos ou quase todos têm de recorrer sempre que dão um passo na vida. Uma vez que este autêntico código postal eleitoral, meio caminho andado para uma nova vitória eleitoral, funciona, independentemente de quem ocupa as cadeiras do poder, o mais certo, caro leitor,...

Deputado André Bradford (PS): Eu escrevia bem!

O Orador: ... é continuarmos a pagá-lo, qualquer que seja o portador do nosso cheque”. E termina assim: “Assim, caro leitor, qualquer que seja o resultado do próximo ato eleitoral, é certo e sabido que o sistema político em que vivemos,

naquilo que tem de mais pernicioso e viciado [dizia V. Ex.^a] dificilmente deixará de se perpetuar. Por isso, para que isso viesse a acontecer seria necessário algo mais do que promessas e boa vontade, era preciso coragem”.

E é a coragem que V. Ex.^a deixou de ter, porque passou para a outra margem, para a margem do poder, que nós temos que continuar a ter. Tinha há vinte anos e continuo a ter agora e V. Ex.^a deixou de ter, porque agora convive com o poder e regalias do poder.

Eu quero dizer-lhe o seguinte, V. Ex.^a. Eu continuo indignado, porque nesta casa se pretende retroceder a história a antes da Revolução Francesa, a antes da separação dos poderes, porque nesta casa se pretende violar a Constituição, artigo 157: “Os deputados não respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções”. E por que é que isto é assim? Foi para evitar que o Governo nos processe constantemente quando discordarmos da sua política; foi para que o partido governamental não nos processe constantemente; para que os grandes poderes económicos não nos processem constantemente. Mas eu quero dizer-lhe que esta oposição teve aquilo que o senhor reclamava: coragem. Porque para nós, e já o dissemos ontem, não precisamos da blindagem da Constituição, prescindimos da blindagem da Constituição. Nós estamos aqui para, frontalmente, assumir aquilo que dissemos, com toda a coragem, e olhe que nós tínhamos aqui este instrumento constitucional, mas nós estamos disponíveis para enfrentar o vosso posicionamento contra a autonomia do Parlamento,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que tem tanto condicionado, porque, Sra. Presidente, se esta golpada funcionasse, isto significaria que nós seríamos completamente emersos em processos cada vez que lhe disséssemos que discordamos, cada vez que levantássemos suspeitas em relação a qualquer tipo de processo, seríamos emersos em processos judiciais. E, meus senhores, a liberdade terminava aqui.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado!

O Orador: E é para impedir, Sra. Presidente, termino, esta situação que foi apresentado este voto, para preservar a democracia e a liberdade dos Açores, porque isto não tem precedentes nos 40 anos da autonomia. E quero terminar, Sra. Presidente, apenas lendo um verso, muito rapidamente.

“Trova do vento que passa.

*Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.*

*Pergunto à gente que passa
por que vai de olhos no chão.
Silêncio – é tudo o que tem
quem vive na servidão.*

*Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não.”*

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 4 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 28 minutos.

Presidente: *[Corte na gravação]*

Vamos entrar nos trabalhos da nossa Agenda.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge substituiu o Deputado Bruno Belo na Mesa)

Entramos, agora, no ponto 9, mais propriamente Projeto de Resolução n.º 15/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças do Governo

da República no sentido de ser adotada para os açorianos “Lesados do BANIF” a mesma solução que foi desenhada para os “Lesados do BES”. Este projeto de resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Os tempos definidos pela conferência são os que utilizamos no processo legislativo comum.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Pensei que ia retirar!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A 20 de dezembro de 2015, o Governo da República e o Banco de Portugal anunciaram a resolução do BANIF – Banco Internacional do Funchal, com a venda de parte da atividade bancária ao Santander Totta, por 150 milhões de euros, e a transferência de outros ativos, incluindo os chamados ativos “tóxicos”, para uma nova sociedade “veículo”.

A resolução do BANIF foi acompanhada de um apoio público de 2.255 milhões de euros, a que se somaram duas garantias bancárias do Estado no total de 746 milhões de euros.

Com a crise que se instalou, mais de um milhar de Açorianos com contas e depósitos no BANIF (banco em processo de reestruturação desde 2012 e líder de mercado nos Açores e na Madeira), saíram gravemente lesados, nomeadamente muitos pequenos e médios empresários Açorianos que ao investirem todo o seu dinheiro em obrigações subordinadas ficaram sem reserva para poder dar continuidade aos seus negócios e, por consequência, afetaram muitas outras famílias, respetivamente as dos seus trabalhadores, com todas as consequências que isso acarretou para a economia regional.

Em fevereiro de 2016, o Presidente da Comissão Executiva do Santander Totta, após uma audiência com o Presidente do Governo Regional, afirmou que estava a ser estudada a situação dos clientes do ex-Banif subscritores de obrigações

subordinadas, realçando, porém, que “o Banco Santander Totta não tem nenhuma obrigação relativamente a essas obrigações subordinadas”, até porque, “de acordo com tudo aquilo que ficou estipulado no âmbito da resolução, o Banco Santander Totta não é o titular dessas obrigações e por força de não ser o titular dessas obrigações também não é responsável por elas”.

Ora, perante a falta de respostas e soluções concretas, quer das entidades públicas, quer dos responsáveis bancários, os “lesados do BANIF” estão, desde há mais de um ano, quase há um ano e meio ou mais, à espera que lhes seja apresentada uma solução para os milhares de euros que perderam.

Do Governo Regional, mormente através de declarações do seu Presidente, tem-se ouvido apenas manifestações de apoio moral e apelos a que se encontre “naturalmente uma solução para os lesados do BANIF”, ao invés, por exemplo, do Governo Regional da Madeira que, já em setembro de 2016, enviou ao Primeiro-ministro uma proposta para resolução dos problemas dos “lesados do BANIF” na Madeira, propondo a criação de um fundo que faça um empréstimo a 10 anos aos “lesados”, permitindo-lhes serem ressarcidos até 75% dos investimentos que tinham feito em obrigações do BANIF, sendo os restantes 25% cobertos através de crédito fiscal concedido pelo Estado.

Ora, em dezembro passado, o Governo da República apresentou um mecanismo que permitirá minorar as perdas dos cerca de 4000 clientes do BES que compraram papel comercial do GES, que foi à falência e cujo reembolso nunca receberam.

Segundo as informações publicadas pela imprensa nacional, na solução apresentada para os “lesados do BES”, o Governo da República acertou que, até 500 mil euros aplicados, os clientes recuperarão 75% do valor, com um teto máximo de 250 mil euros, enquanto no caso de aplicações acima de 500 mil euros, a percentagem de recuperação é de 50%.

Ainda segundo o que foi noticiado, o valor aplicado neste produto financeiro está bloqueado há cerca de dois anos e meio e será pago até 2019, com a primeira tranche, de 30%, a ser avançada em 2017, cabendo agora a cada um dos lesados decidir se aceita a proposta.

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do art.º 145.º do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Primeiro-ministro e do Ministro das Finanças do Governo da República no sentido de ser adotada para os Açorianos “lesados do BANIF” a mesma solução que foi desenhada para os “lesados do BES”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com alguma surpresa que verificamos que as sugestões que foram feitas pelos lesados não foram acatadas pelo CDS.

Deputado Francisco César (PS): Lamentável!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os lesados?

Deputado Francisco César (PS): Sim, os lesados!

O Orador: Sim, Sra. Deputada!

Os lesados, em Comissão de Economia, disseram que a proposta apresentada era insuficiente e não correspondia às suas expectativas. Disseram também que não poderia ser apresentada a mesma solução para os lesados do BANIF que foi apresentada para o BES, porque quer os produtos financeiros, quer as entidades envolvidas eram diferentes. Portanto, não se percebe por que é que se insiste em continuar com a solução que não é aquela que é desejada pelos lesados.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso, também é importante realçar que não é verdade aquilo que se diz aqui, que o Governo Regional apenas manifestou apoio moral. Foram os próprios lesados do BANIF que disseram que têm tido várias reuniões com o Presidente do Governo Regional, que tem acompanhado a situação. Ainda, recentemente, esta semana, foi notícia de um encontro que foi realizado à porta fechada (e é assim que deve ser feito nestes casos!), mas há aqui um empenho total do Governo Regional, do seu Presidente, em tentar definir e ajudar a definir uma solução, que não depende do Governo Regional dos Açores, como é óbvio, é uma solução global, que tem de ser tida com o Governo da República, envolvendo o Banco de Portugal, a CMVM.

Importa aqui também realçar que a Comissão de Economia desta Assembleia já efetuou diligências no sentido de pedir um parecer da CMVM para declarar se havia venda fraudulenta ou não, já foi respondido, faz parte do relatório anexo, a resposta.

Portanto, reitero que é com alguma surpresa que vejo que o CDS não acata aquilo que é dito pelos lesados do BANIF, ao mesmo tempo diz que pretende uma solução para os lesados, mas não aceita as sugestões que são apresentadas. Portanto, é com alguma surpresa.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na reunião da Comissão de Economia, os lesados foram ouvidos e é verdade que a sua pretensão ultrapassava aquilo que era a proposta do CDS-PP, mas essa posição não invalida a iniciativa, que nós apoiamos. Ou seja, há aqui uma janela de oportunidade, utilizando a solução que foi obtida para os lesados do BES que poderá ser significativa relativamente à proposta do CDS-PP.

Deputado André Bradford (PS): As pessoas não querem!

O Orador: Para além disso, não significa que se limite apenas àquilo que era a proposta.

Aliás, eu também fico surpreendido com a posição do Sr. Deputado Carlos Silva, até porque, durante a audição do Sr. Vice-Presidente, foram propostas alterações àquilo que era o texto da iniciativa...

Deputado Francisco César (PS): Sim!

O Orador: ... e essas alterações são meramente pontuais. Portanto, eu não percebo por que razão há esse espanto da sua parte e posso ler aqui.

A primeira recomendação, a proposta que é feita pelo Sr. Vice-Presidente é que em vez de “promova” seja “continue a promover”. Não há aqui grandes diferenças.

Deputado Carlos Silva (PS): É uma questão de verdade!

O Orador: A segunda, “a mesma solução para o BES” diz aqui “uma solução com características semelhantes”.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é relevante!

O Orador: Não há aqui qualquer incongruência ou as diferenças são mínimas e, portanto, o Sr. Deputado Carlos Silva e o Partido Socialista estão aqui a apresentar uma estranheza que estranho fico eu em função da sua intervenção.

Deputado André Bradford (PS): Estranhámos todos!

O Orador: Portanto, nós mantemos o apoio à proposta do PP, achamos que é uma proposta oportuna e tudo aquilo que possa ser feito pelos lesados.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está aqui em causa, Sr. Deputado!

O Orador: E a única coisa que se pede aqui do Governo não é que o Governo resolva é que promova, é que interfira junto do Governo da República. Portanto, não há aqui, da nossa parte, qualquer dúvida em subscrever e apoiar a iniciativa do CDS-PP.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade é que me causa estranheza a posição do Partido Socialista em relação a esta matéria, porque aqui o que nós temos é uma posição prática e algo que é muito mais do que o Governo Regional ou o Partido Socialista tiveram, até ao momento, capacidade de construir.

Deputado Francisco César (PS): Mas as pessoas não querem!

O Orador: Portanto, qual é a vossa solução? A vossa solução é nenhuma!

Deputado André Bradford (PS): É insistir numa coisa que eles não querem! Qual é a sua?

O Orador: Qual é o vosso compromisso concreto nesta matéria, para além de canções de embalar?

Deputado André Bradford (PS): Quem canta é o senhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor depois leva e depois queixa-se!

Deputado André Bradford (PS): Canções de embalar é a sua!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a sua?

O Orador: Nenhuma!

E por isso, nesse sentido, a Representação Parlamentar do PPM apoia esta proposta e se os senhores tiverem a capacidade, esta proposta melhorada, se for essa a vossa capacidade. Agora, até ao momento, os senhores não têm mais nada a oferecer a não ser uma mão cheia de retórica vazia, mais nada. Soluções concretas não têm.

Por isso, esta iniciativa merece, evidentemente, que é um passo bastante significativo, um passo muito positivo, o apoio da Representação Parlamentar do PPM.

Deputado Francisco César (PS): Só não merece é dos lesados!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontra-se este Parlamento a debater a melhor solução para os açorianos lesados do BANIF, tal como melhor vislumbramos as características de uma pintura do Museu Louvre.

Em qualquer debate, convém sempre darmos um passo atrás e recordarmos alguma história. Será que os açorianos lesados do BANIF teriam na mesma perdido as suas poupanças de uma vida inteira se o Banco Comercial dos Açores não tivesse sido privatizado?

Foram decisões puramente de natureza ideológica que levaram PSD e PS a privatizar o BCA. Que esta, sem a privatizadora, nos sirva de lição e que daqui retiremos os melhores ensinamentos, até pela dificuldade em que, no dia a dia,

os nossos pequenos e médios empresários têm no acesso ao crédito, quase sempre os ouvimos a suspirar “a falta que nos faz um banco público regional”.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As falências do BES e do BANIF vieram agravar a situação financeira de muitas famílias portuguesas, neste caso concreto, açorianas, que ficaram privadas das suas poupanças e aplicações financeiras.

É certo que se verificam diferenças entre ambas as situações, pois o BES era um banco privado, ao passo que, no caso do BANIF, o Estado português era o acionista maioritário.

Tendo sido encontrada uma solução para o BES, com a participação direta do Estado, é também da mais elementar justiça que os lesados do BANIF tenham acesso a solução que vá de encontro às suas reivindicações e aos seus direitos em serem ressarcidos pelos danos e perdas sofridas.

Como é possível verificar pelo conteúdo do relatório da Comissão Permanente de Economia, nomeadamente através das declarações dos representantes da Associação dos lesados do BANIF, a situação que lhes foi criada advém de práticas que transformaram depósitos de aplicações seguras e de capital garantido em aplicações de elevado risco.

É de notar também as dificuldades da CMVM em dar resposta às declarações apresentadas, confirmando, de certa forma, a complexidade e a morosidade deste processo.

Independentemente de serem consideradas soluções técnicas diferenciadas, tendo em conta que os produtos financeiros são diferentes e as entidades envolvidas também, não deixa de ser imperativo encontrar uma resposta.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP defende que, embora adaptando as soluções de cada caso específico, devem ser desenvolvidas todas as diligências necessárias visando a uma solução que tarda em concretizar-se e que continua a lesar e a causar graves danos de

transtorno àqueles cidadãos que viram as suas poupanças e investimentos defraudados, sem poderem usufruir de uma legitimamente que lhes pertence.

Este projeto de resolução apresentado pelo CDS-PP merece a nossa aprovação no sentido em que devem ser promovidas todas as diligências para encontrar as soluções para os açorianos lesados do BES, mas com a ressalva de que essa solução possa não passar por uma cópia escrita da solução apresentada para os lesados do BES, aliás como defendem os representantes da ALBOA, Associação de lesados do BANIF.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República já submeteu iniciativas que pretendem afastar a venda de produtos financeiros, como obrigações e ações, ao balcão regular das instituições bancárias, porque achamos que esse é um passo essencial para evitar situações futuras que tiveram resultados com contornos muito semelhantes, quer ao BANIF, quer ao BES. Portanto, não convém termos, no futuro, situações do mesmo calibre ou até bem piores.

No entanto, desconhecemos a existência de propostas semelhantes ou pelo menos com o mesmo objetivo da parte quer do PSD, quer do CDS, nesta mesma matéria, na Assembleia da República.

Certo que de entre os clientes do BANIF e até mesmo do BES há aqueles que, de facto, sabiam ao que iam e compraram produtos financeiros de alto risco sabendo que eram produtos de alto risco, mas também acreditamos que houve, de certeza, clientes que o fizeram sem ter essa consciência e sem terem sido informados na forma mais correta sobre o risco associado aos produtos que estavam a adquirir.

E não é pelo parecer da CMVM, que, aliás, é um parecer que é incompleto, só podia ser incompleto porque ainda não terminou a análise de todas as queixas, ainda está muito no início, concluir que, até agora, não encontrou evidências de *misselling* que podemos concluir que não haverá ou não houve práticas de *misselling* no BANIF. Portanto, não será por aí, não colocamos aqui em causa a palavra e a credibilidade dos queixosos que entregaram queixas nas entidades competentes.

Por que é que é importante evitar situações destas no futuro? Porque realmente quem tem pago todos esses prejuízos, todos os desmandos dos bancos têm sido os contribuintes e temos que evitar, por isso mesmo, situações com estes contornos.

Quanto ao caso vertente, à proposta que estamos a apreciar, neste momento, de facto, são duas situações diferentes e, portanto, se são duas situações diferentes, quer o BANIF, quer o BES, apesar do resultado ser idêntico, é verdade, há pessoas prejudicadas quer de um lado quer do outro, não estamos aqui a dizer que os clientes lesados do BANIF e do BES há uns que foram mais enganados do que outros, não é isso que está aqui em causa, o que está em causa são as características quer do BANIF, quer da segurança, da garantia dada aos clientes do BANIF, quer à segurança e às garantias que foram dadas aos clientes do BES. Desde já, porque a única garantia que houve por parte do BES foi dada por um anterior Presidente da República, que considerou publicamente que era seguro investir no BES; quanto ao BANIF, a garantia é muito maior,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não era o Sócrates?

O Orador: ... porque o Estado injetou lá dinheiro; logo, injetando lá dinheiro e sendo o acionista principal, é claro que a garantia é logo outra e por isso as pessoas acabaram por... Acabou! Essa garantia acabou por criar falsas expectativas nos clientes e até chegou mesmo a motivar a aquisição de mais

produtos dessa natureza, quer com consciência, quer sem consciência dos resultados.

Portanto, sendo assim e considerando que esta solução, apesar de bem-intencionada, do Grupo Parlamentar do CDS, não estamos aqui a retirar ilações da parte do CDS, do proponente, concluindo que com esta proposta querem deliberadamente prejudicar os clientes do BANIF, não, não é isso. Só consideramos que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, e, neste caso, uma coisa é o BANIF, são os contornos, são as características do problema ocasionado a partir da insolvência do BANIF e da venda de produtos financeiros pelo BANIF, outra coisa tem a ver com a situação do BES. Por isso mesmo é que o nosso Grupo Parlamentar se irá abster da proposta do CDS-PP. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem, agora, a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que numa matéria destas devia haver um esforço e a humildade necessária para se encontrar a solução que deve ser consensual e, aliás, subscrevendo aqui uma parte, praticamente total, da intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ao que isto chegou!

O Orador: ... e do Sr. Deputado Carlos Silva, porque vamos ser muito concretos e é muito bom a humildade quando a gente reconhece que tinha uma boa intenção, mas não a concretizou bem. E o que aqui está em causa é isso!

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Não se pode pedir a mesma solução para o BES, que é aquilo que se recomenda, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não é a mesma, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: O que está aqui escrito é a mesma solução do BES!

... porque são processos diferentes, com características diferentes, em que se fosse aprovada esta resolução como está escrita, seria, como bem os lesados do BANIF o disseram, extremamente prejudicial para os lesados do BANIF.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não está escrito no relatório!

O Orador: E penso que não era essa e não é essa a intenção do PP.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nunca foi dito!

O Orador: Portanto, estamos perante uma provável boa intenção que foi mal escrita e não há nada para o interesse comum da humildade necessária para reconhecer o erro. O erro que eu tive oportunidade de explicar na comissão, o erro que os lesados do BANIF tiveram oportunidade de explicar na comissão, e estar a insistir num erro não serve os interesses de ninguém, a não ser não reconhecer humildemente que um documento pode e deve ser corrigido e aperfeiçoado quando necessário.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Humildade democrática!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: E é isto que está aqui em causa, porque aprovar a resolução como está não é boa para ninguém, a não ser que, não acredito, que os senhores tenham escrito uma resolução para ser rejeitada, para amanhã dizerem, “Estão a ver! Aqueles não defendem os lesados do BANIF!”. Não acredito que seja essa a intenção, o que acredito é que houve um erro de redação, um erro de perceção do que é que está em causa e está na altura de se ter a humildade de reconhecer esse erro e de o corrigir.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual redação!

O Orador: E até para o mais, eu, na comissão, tive a oportunidade de dizer como é que devia ser a redação para que esta proposta fosse ao encontro do interesse dos lesados e mais! Que acrescentasse algo mais do que a proposta

tem que é de definir um *timing* de resolução do problema, propondo, inclusive, que ficasse na resolução que a solução para os lesados do BANIF tenha o mesmo *timing* de resolução que tinha o do BES,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então, não foram os lesados a propor, foi o Vice-presidente!

O Orador: ... desde o momento em que foi criado o problema e o problema foi resolvido, que implicaria uma resolução que não só definisse o objeto, mas definisse o tempo de concretização desse objeto, aperfeiçoando e melhorando significativamente também nessa matéria a proposta de resolução. Isto foi feito com espírito extremamente construtivo no sentido de que, efetivamente, esta Assembleia tem uma resolução que defenda os lesados do BANIF, que tenha uma quantificação do prazo da sua operacionalização e que reponha também a verdade no que concerne à matéria de que o Governo dos Açores tem trabalhado nessa matéria, porque não se pode recomendar que o Governo dos Açores passe a fazer aquilo que já está a fazer e, portanto, devia ser “continuar a promover”.

Portanto, eram esses três aspetos, dois, um essencial para, efetivamente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é?

O Orador: ... esta proposta defender os interesses do BANIF e os outros dois essenciais para garantir que essa solução seja em tempo útil e que se reponha a realidade dos factos. E esse contributo foi dado em comissão e tenho que vos dizer que é com estupefação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Humildade abunda nesta casa!

O Orador: ... que vejo que esses contributos, que foram objetivos, concretos, e que esses, sim, se alterar essa resolução, irão contribuir para que essa resolução tenha algum efeito prático e corresponda àquilo que os interessados do BANIF pretendem, porque, tal como está, ninguém pretende esta resolução, ninguém pretende que esta resolução, como está, seja aprovada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, já tivemos aqui várias interpretações em relação ao que é que os lesados disseram na Comissão de Economia.

Deputado Francisco César (PS): Não são interpretações!

O Orador: Mas o que aqui está escrito é o seguinte: “Os representantes responderam que todos os lesados foram afetados, pois qualquer recuperação do valor investido será sempre boa para quem perdeu tudo”.

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: E, portanto, aqui, eu não vejo que exista uma perceção negativa. Evidentemente, as pessoas querem sempre uma solução ainda melhor. Agora, o que reconhecem é que será sempre boa para quem perdeu tudo.

Deputado André Bradford (PS): Que falta de humildade!

O Orador: Agora, a questão das alterações substanciais que o Governo aqui defende, vamos ver, são três. São de um conteúdo extraordinário. Vamos lá a ver.

Primeira: “Recomendar ao Governo Regional dos Açores que continue a promover em vez de promova”, ou seja, esta alteração, no fundo, é uma alteração de enorme significado, tem um conteúdo extraordinário para o Governo, ou seja, continue a promover em vez de promova. Isto anula a intenção, porque a verdade é que o Governo não está a produzir resultados concretos e o que o Sr. Vice-Presidente do Governo quer é que aqui se escreva que, “olhe, continuem a fazer o que já está a fazer,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que é nada!

O Orador: ... o que nós já estamos a fazer. Continuem a fazer o que nós já estamos a fazer”. Bom, mas o que os senhores estão a fazer não está a produzir os resultados esperados, portanto, não se pode dizer isto, é um contrassenso, não se pode dizer isso.

A segunda questão também é de um conteúdo extraordinário, também é uma alteração substancial, que não se defenda a mesma solução do BES, mas, sim, uma solução com características semelhantes. Vejam bem a dimensão da alteração que é proposta. É também outra coisa transcendental.

Deputado André Bradford (PS): Então, se não é nada de extraordinário, faça!

O Orador: É outra coisa absolutamente transcendental! Esta segunda alteração é um nada, é mais um nada.

E a terceira alteração que o Governo está aqui a defender tem a ver com o seguinte, que é em relação ao facto de aqui ter que se dizer na proposta que é em tempo útil. Então, mas isso não é, à partida, uma condição necessária para uma solução? Que esta solução seja implementada em tempo útil?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é tempo útil!

O Orador: Ou seja, as razões apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional são intranscendentes, não têm qualquer tipo de significado concreto,...

Deputado André Bradford (PS): Então faça com que tenham significado!

O Orador: ... só têm uma única preocupação, é que aqui, e essa é que política, não tem nada a ver com a defesa dos interesses dos lesados, é apenas política, é que o Governo veja reconhecido, por parte quer do proponente, quer dos partidos, que estão a apoiar essa iniciativa, que o Governo está a promover. Ora, eu não acho que o Governo esteja a promover com eficácia uma solução e, portanto, não subscrevo essa sua alteração, que é apenas uma coisa, Sr. Vice-Presidente, com todo o respeito que lhe tenho, e é muito, é uma habilidadezinha

política, que é para ver se aqui, com a aprovação não retira o seu mérito, que não existe.

Portanto, eu não lhe posso reconhecer um mérito que não existe...

Deputado Francisco Coelho (PS): Por que é que diz isso?

O Orador: ... e todas as outras alterações e todas as outras condições...

Por que é que digo isso? Então, mas os homens já foram ressarcidos da despesa? Por que é que digo isso? Então, mas não é evidente que continuam com o prejuízo e que continuam com o problema por resolver? É evidente! Digo isso porque é evidente. Diga-me um caso que tenha uma solução, que tenha sido resolvido. Um que seja.

Portanto, meus senhores, terminando esta segunda intervenção, realmente os factos que são apontados por parte do Governo e do Partido Socialista para não votar a favor não existem, querem apenas que não vos seja atribuída nenhuma responsabilidade e os senhores têm responsabilidade pela inação ou pelo menos a falta de resultados concretos até ao momento.

Deputado André Bradford (PS): O senhor é proponente?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Já em âmbito de comissão, eu tive oportunidade de dizer que tecnicamente nós reconhecemos a diferença, ou seja, os lesados do BES compraram obrigações não do banco, mas das empresas dos administradores do banco e que no caso do BANIF as obrigações eram do próprio banco e, portanto, por maioria de razão, eles têm que ser ajudados, que o Estado tem mais responsabilidade. Mas essa diferença técnica não implica que a percentagem de devolução seja 75%. Aquilo que os lesados ou os representantes dos lesados do BANIF, em rigor,

disseram em comissão, e passo a ler, foi que, “A proposta do CDS garante um mínimo, mas não é suficiente,...

Deputado Carlos Silva (PS): Exatamente!

A Oradora: ... pelo que a solução passa por garantir um reembolso de 100% do valor investido em obrigações subordinadas”. E, depois, ainda acrescentaram: “Os representantes responderam que todos os lesados foram afetados, portanto, qualquer recuperação do valor investido será sempre boa para quem perdeu tudo”.

Eu não encontro em uma única linha do relatório da audição aos lesados que isto não era uma boa solução, que a proposta do CSD prejudicava os lesados.

Deputado André Bradford (PS): Eles disseram que não queriam!

A Oradora: Portanto, peço ao Sr. Vice-Presidente que faça uso da mesma humildade que pediu à bancada do CDS e que leia especificamente onde é que se encontra, na audição aos lesados, que foi dito que a solução apresentada pelo CDS prejudicava os lesados do BANIF.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, no sentido de solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às cinco para as quatro.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os seus lugares, vamos retomar o debate.

Eram 16 horas e 04 minutos.

Foi entregue na Mesa uma proposta de substituição integral ao projeto de resolução que estamos, agora, a debater. Ainda não foi distribuído por todos, porque está em fase de fotocópia, mas como a Mesa ainda tem inscrições, vamos continuar o debate e, se for necessário, faremos outro intervalo, para que possam analisar a proposta de substituição integral.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, se há uma proposta de substituição integral e se não temos conhecimento dela, vamos estar a falar sobre o quê? Não é?

Deputado José Ávila (PS): Tem toda a razão!

Presidente: Tem razão, Sr. Vice-Presidente, mas, entretanto, poderia ainda querer aludir a alguma questão que tivesse sido debatida.

A Mesa não tem mais inscrições, pelo que faremos um breve intervalo de 10 minutos para que possa, efetivamente, ser distribuída por todos e, depois, então, retomaremos o debate.

Dez minutos de intervalo, então.

Eram 16 horas e 05 minutos.

Presidente: [Corte na gravação] dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 20 minutos.

A proposta de substituição integral já foi entregue a todos. Sendo assim, estava inscrito e dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Agora, sim, com a nova proposta. E a proposta que resultou numa substituição total, a nova proposta corresponde exatamente àquilo que eu tinha proposto na comissão e que tinha aqui reafirmado da necessidade dessa alteração para que a proposta tenha conteúdo, com exceção da parte respeitante ao Governo Regional de continuar a promover e fazendo com que passe a promover aquilo que já o tem feito. Mas deixemos isso para as habilidades politicazinhas, que penso que não é relevante naquilo que interessa.

O que é relevante é nós termos assistido aqui a um debate, durante cerca de meia hora, em que disseram que eu não tinha razão e agora vêm dar razão àquilo que eu tinha dito que não tinha razão.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

E tenho que dizer-vos que, felizmente, isso foi feito, porque, com isso, esta proposta, no que diz respeito aos interesses dos lesados do BANIF, corresponde exatamente àquilo que eu penso que é uma proposta que devia sair desta Assembleia.

Naquilo que é a parte mais importante da proposta, tem exatamente o reconhecimento de que a proposta anterior estava errada,...

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... isto é, não se pode solicitar uma solução idêntica à solução dos lesados do BES, que são matérias diferentes, com produtos financeiros diferentes, com enquadramentos diferentes, e fico satisfeito de terem reconhecido isso e de terem alterado a proposta, como a aperfeiçoaram no sentido de que passou a ter um *timing* efetivamente para se encontrar uma solução que é justo.

Portanto, não teríamos perdido o tempo que predemos, se não tivessem inicialmente assumido aquilo que era o nosso contributo sincero e direto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Discutir em Plenário nunca é uma perda de tempo, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Lamento e por isso não tenho, na minha opinião, não posso concordar com o conteúdo total da proposta, porque a mesma não corresponde à realidade no que concerne o trabalho do Governo Regional, porque não se pode pedir ao Governo Regional que passe a promover aquilo que já tem feito. Tanto o promoveu que propôs aqui essas alterações que os senhores acolheram, mas acho que esse facto, que é injusto e que não é correto, fica para o domínio da política. Naquilo que é fundamental e essencial, que é a essência da matéria, acho que a proposta que agora temos é substancialmente diferente da proposta que os senhores trouxeram, o que quer dizer que o nosso contributo para que haja uma proposta que defenda efetivamente os lesados do BANIF foi assim conseguida.

Acho, na minha opinião, que, desse ponto de vista, a proposta não deve ser, de maneira nenhuma, com essa alteração total, inviabilizada, mas também não corresponde, na minha opinião, a uma concordância, tendo em conta que na matéria do Governo Regional não está correta. Mas esse facto que deixaram ficar para tentar fazer aqui uma divergência do essencial não nos deve fazer retirar a atenção do essencial e pôr o interesse dos lesados do BANIF acima das questões partidárias e por isso mesmo acho que, apesar dessa injustiça,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... apesar disso não corresponder à realidade, os lesados do BANIF merecem que, não podendo os outros partidos fazer propostas de alteração à resolução, que a essência da questão seja, mais uma vez, numa demonstração de humildade, viabilizada e tenha a sua sequência.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS, fazendo uso de toda a humildade, e porque, ao contrário daquilo que foi sugerido, não era nosso interesse fazer politicazinha com esta iniciativa, mas, sim, que os lesados do BANIF possam ter as suas vidas solucionadas, fez a proposta de alteração que entendeu que iria de encontro àquilo que tecnicamente poderia melhor servir os lesados.

Ninguém aqui está a fazer politicazinha. Nós assumimos a nossa humildade e nunca ninguém aqui disse que o Sr. Vice-Presidente não tinha razão. Eu, a única coisa que disse foi que, fazendo uso de igual humildade, lesse onde é que estava no relatório que os lesados do BANIF consideravam que a proposta do CDS seria extremamente prejudicial a eles. O que foi dito é que achavam que o justo seria serem ressarcidos a 100%. Se o Governo Regional considera que isso é que é justo para os açorianos, sei que irá trabalhar nesse sentido. Mas também disseram que, para quem tudo perdeu, a proposta do CDS já era alguma coisa.

Portanto, nós fizemos uso da nossa humildade em nome de servir os açorianos; em nome da seriedade do debate político, Sr. Vice-Presidente, onde é que os lesados do BANIF disseram alguma vez que a proposta do CDS os prejudicava? Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César, em a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

É caso para dizer que o que se passou até agora não mata mas mói, porque o Partido Socialista, desde o início da discussão deste diploma, apresentou-se de uma forma construtiva e de uma forma humilde, inclusive na comissão (e estarão aqui, certamente, testemunhas disso),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O único a dar contributos foi o Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... houve o trabalho de ouvir o Sr. Vice-Presidente para tentar perceber como é que a proposta poderia ser melhor. Até posso citar o próprio relatório.

“A Deputada Graça Silveira perguntou que tipo de alterações devem ser feitas e se não relacionadas, por exemplo, com o nível da percentagem”, e o Sr. Vice-Presidente esteve a explicar, ponto ante ponto, aquelas que achava que eram as alterações que deveriam ser feitas no diploma.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não era isso que estava em discussão!

O Orador: Nós, aqui, oferecemo-nos, desde o início,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aqui?!

O Orador: (Aqui!)

... para viabilizar uma proposta que fosse mais favorável àqueles que são os lesados do BANIF. Aquilo que assistimos do outro lado foi um CDS e um PPM que parecia, inclusive, proponente da proposta, a criticar o PS, a dizer que nós não queríamos saber do BANIF e nós tivemos aqui a discutir algo que, verdadeiramente, não era aquilo que os senhores acabaram por apresentar. Os senhores acabaram por apresentar uma proposta que vai, não de encontro, mas, sim, ao encontro...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... daquilo que nós sempre dissemos que deveria ser feito.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o PS apresenta-se, neste Plenário, como sempre se apresentou, de uma forma humilde.

Nós sabemos que esta proposta está melhorada,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nós quem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós quem? Quem propôs foi o Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... vai mais ao encontro daquilo que são as pretensões dos lesados do BANIF e a nossa obrigação é a de, mesmo não estando 100% de acordo, viabilizar essa proposta e é isso que vamos fazer.

Aquilo que eu lamento é, e as pessoas não percebem, em casa, por que é que isto acontece, a necessidade, por todo o motivo e mais algum, e foi isso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez aqui, de tentar criticar o Partido Socialista, quando, passados alguns minutos, acaba por estar ao lado de uma proposta que vai....

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... ao nível das pretensões que o Partido Socialista apresentava.

Portanto, Srs. Deputados, isto não dignifica esta câmara, não é bom para a democracia que nós estejamos a ter discussões que, depois, acabam por não ter consequência.

Se nós pudéssemos ter, desde o início da comissão, depois de ouvidas, aqui, as declarações do Vice-Presidente, se nós pudéssemos ter chegado a um acordo, como foi proposto, teríamos evitado o cenário de que as pessoas que nos estão a assistir em casa e da comunicação social, de parecer que a primeira parte deste debate foi uma coisa totalmente estratosférica que não faz qualquer tipo de sentido.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o Partido Socialista está como sempre esteve: vai viabilizar uma proposta que é aceitável; não é 100% o que queríamos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: ... mas vai ao encontro daquilo que é razoável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe a humildade!

O Orador: E como nós não estamos aqui para impor 100% da nossa vontade, nós aceitamos aquilo que é razoável. Esta é a humildade do Partido Socialista, por isso é que vamos viabilizar a proposta.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou partilhar aqui com V. Ex.^{as} uma experiência que eu tive nos meus tempos de estudante do oitavo.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Eu tive uma professora que me dava sempre suficiente mais e eu merecia bom e ela disse-me que só fazia isso porque a pontinha do “A” não descia corretamente até à linha. E eu queixei-me aos meus pais, ao meu pai e à minha mãe, e eles disseram, “Faz a pontinha do “A”!”. E eu disse, “Mas, pai, continua a lá estar escrito o “A”!”. “Mas, não! Faz a pontinha como a professora quer!”. Pronto! E eu fiz isso, eu, de facto, fiz a pontinha do “A”, passei a fazer e ainda hoje escrevo coma pontinha do “A”. Continua a ser um “A”, mas tem lá a pontinha e, portanto, não mudou a letra. V. Ex.^{as}, meus

senhores, as vossas alterações são intranscendentais, fez-se-vos a vontade, a pontinha do “A”, está aqui, não está nada diferente, é tudo igual.

Deputado Carlos Silva (PS): Então por que é que não disseram diferente?

O Orador: Só não tem uma coisa que é a tal questão dos 100%.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas a proposta é sua?

O Orador: Os senhores são parecidos com a minha professora, tinha que ser a vontade total, a pontinha tinha que ser mais longa.

Mas a questão fundamental é esta, o ponto número, esta recomendação que continue a promover em vez de promova, que é uma coisa muito substancial.

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Nós estamos a falar de milhões de euros e isto é uma coisa muito substancial, uma alteração: continue a promover em vez de promova. Isto é algo com um conteúdo extraordinário.

E essa é a diferença que faz com que V. Ex.^{as} não votem a favor, optem pela abstenção e não votem a favor só por causa desta pontinha ainda mais longa do “A”.

Meus senhores, é-vos feita a vontade, parcialmente, em grande parte. Está igual, não se mudou nada!

Deputado Carlos Silva (PS): Não se mudou nada? Fale a verdade!

O Orador: Mas tem a vossa vontade feita.

Basta dizer o seguinte, não acabei de contar a história.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A professora passou a dar-me sempre bom!

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Deputado, quem tem um ponteiro manda na pontinha!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas não levaste muito bom! A pontinha não estava suficientemente comprida!

Deputado Francisco César (PS): Levantou-se para dizer que a sua professora primária dizia-lhe para fazer a pontinha do “A”!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente:

Para uma intervenção muito rápida e a respeito da humildade e da proposta perfeita ou não perfeita.

O CDS reconhece que o Governo Regional, particularmente o Presidente do Governo Regional, tem feito diversas reuniões com os lesados do BANIF; o que tem saído dessas reuniões nós desconhecemos. Portanto, não nos custa nada reconhecer isso.

Agora, Sr. Deputado, o que me parece absolutamente soberbo e de uma soberba inexplicável e que eu já percebi agora o que era: é que em vez de no ponto resolutivo ter que recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências é que continue a promover todas as diligências.

Deputado Carlos Silva (PS): Então por que é que alterou?

Deputado João Vasco Costa (PS): Faz toda diferença!

O Orador: Oh, Srs. Deputados, oh, Sr. Deputado Francisco César, particularmente, isso é que faz a proposta perfeita? Eu não tenho mais nada para dizer. A respeito de humildade, estamos conversados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ora, considerando aquela que foi a justificação de voto do nosso Grupo Parlamentar e considerando a proposta de substituição que foi apresentada e está, agora, em apreciação, entendemos que, agora, sim, existem condições para viabilizar, pelo menos da nossa parte, este projeto de resolução, porque introduz alterações substanciais, de forma a distinguir casos que são diferentes, neste caso, o BANIF e o BES.

Portanto, vamos votar favoravelmente a iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação deste projeto de resolução, considerando a sua substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado com 18 votos a favor do PSD; 4 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 28 abstenções do PS.

Presidente: Vamos, então, avançar com os nossos trabalhos.

Entramos, agora, no ponto 10 da nossa Agenda: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 43/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Governo da República, acionista maioritário da TAP Portugal, no sentido de

impedir o encerramento da loja comercial da empresa, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel”. Este pedido de urgência foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e para justificar a urgência tem a palavra...?

Sras. e Srs. Deputados do CDS-PP, para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu acho que a urgência não é preciso justificar. Tem que ser, este é o último Plenário antes desta sessão legislativa, ou era agora, ainda não está fechada, os funcionários ainda estão ao serviço e, portanto, é talvez importante e que se vá a tempo ainda de, com urgência, se emitir uma recomendação para não acontecer o que aconteceu, infelizmente, no Faial, o que aconteceu em Angra e o que está para acontecer em Ponta Delgada.

Portanto, achamos importante que seja aprovada esta resolução e esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, tem novamente a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, agora para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Infelizmente, esta política da TAP pública, agora, pública, tem trazido para os Açores, no fecho das lojas e no fecho de postos de trabalho, extinguindo postos

de trabalho, aspetos absolutamente negativos, quer para o serviço que presta aos açorianos, quer pelos postos de trabalho que se perdem.

Foi assim no Faial, onde até foram transferidos, do Faial para Ponta Delgada, funcionários com a promessa de manterem os seus postos de trabalho; ao fim e ao cabo, o que aconteceu foi que as pessoas alteraram a sua vida, alteraram a vida das suas famílias, foram para Ponta Delgada com a promessa de terem um posto de trabalho em Ponta Delgada e, uns meses depois, a TAP deu o dito pelo não dito e as pessoas ficam novamente sem trabalho ou ficarão sem trabalho se isto for avante, a loja vai ficar fechada, deixa de prestar mais um serviço. Ou seja, há aqui uma injustiça muito grande, quer no fecho da loja, quer para com as pessoas e funcionários, que, de boa fé, aceitaram as propostas, “Ou o senhor rescinde e vai para casa e é indemnizado, ou damos-lhe a hipótese de o senhor ir trabalhar para a delegação de Ponta Delgada, onde vamos abrir uma loja no aeroporto”. As pessoas, ainda novas, em idade ativa, aceitaram ir trabalhar para Ponta Delgada; de má fé, a TAP fecha a loja de Ponta Delgada e as pessoas têm que ir, agora, para o desemprego, com as consequências todas que tiveram, quer para a sua vida, quer para a sua família, quer em todas essas consequências que tiveram.

Portanto, sendo a TAP, agora, pública, tendo o Primeiro-Ministro António Costa se gabado de ter feito a reversão, juntamente aqui com o Bloco de Esquerda e com o PCP, nós estamos em crer que o Governo da República conseguirá reverter essa situação, dará ordens à TAP, até para reabrir, porque é muito importante.

Os passageiros ficam sem ter de fazer reclamações, ficam sem um rosto da TAP que os possa atender, ficam sem um funcionário que os possa atender e ficam apenas com o “Fale connosco” na internet, como qualquer pessoa pode ter da Granelândia.

É lamentável essa situação, começou no Faial, alastrou à Terceira, acaba em Ponta Delgada. Portanto, achamos que é a altura, há uma resolução desta Assembleia que foi aprovada...

(Pausa)

... e que foi proposta e que ainda está, esperamos notícias de Lisboa, notícias do governo socialista, do governo comunista e do governo bloquista, esperamos notícias deste governo da esquerda nacional sobre... Eles que insistiram tanto em que a TAP fosse pública, a TAP, agora, tem controlo público, e tanto que tem que o Sr. Primeiro-Ministro até nomeou o seu estimado amigo para o conselho de administração. Portanto, é que tem poderes para isso.

Se tem poderes para nomear um amigo, também tem poderes para evitar o fecho da loja em Ponta Delgada e *quicá* reabrir as que já fechou.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe a inferência, Sr. Deputado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já votamos a favor num projeto de resolução do CDS-PP apelando à intervenção do Governo face à intenção da TAP em encerrar uma loja em Angra do Heroísmo e votamos a favor como votaremos em iniciativas que proponham manutenção ou melhoria de serviços de proximidade, seja em que ilha for. E votamos a favor também porque a abertura de uma loja da TAP no Aeroporto João Paulo II poderia parecer uma preterição não desejada nem aceite por nós.

O Projeto de Resolução 27/XI, novamente iniciativa do CDS-PP, que recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias no sentido de impedir o encerramento da recém-aberta loja comercial da TAP no aeroporto de Ponta Delgada volta a pôr esta ênfase na manutenção de serviços de proximidade, embora sem falar na figura do representante da empresa nos Açores, mais um emprego que, supostamente, encarece esses serviços e que não trouxe, até agora, qualquer mais valia.

Ficando por caracterizar quais foram os benefícios evidentes da reabertura recente, supostamente conhecemos os motivos do seu encerramento e por isso volto a afirmar que se engane quem pensar que o representante da TAP ou a sua lojinha no aeroporto existem para defesa dos açorianos. A sua missão é defender os interesses da companhia, como já o disse.

Sinceramente, penso que não lhe sentiremos a falta, mas mesmo assim votaremos a favor destas diligências por parte do Governo porque, no mínimo, merece uma justificação para que fique claro que entendimento tem esta empresa pública da área de negócios que é os Açores.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós apoiamos a proposta do CDS-PP, aliás, como apoiamos propostas semelhantes no caso da Terceira. Estranhámos que a TAP, que, neste momento, tem três voos diários para Ponta Delgada e que, aparentemente, aposta no mercado dos Açores e, por essa via, no mercado de São Miguel, proponha agora o encerramento da loja. Aliás, esperemos que o encerramento da loja não seja,

eventualmente, a alteração da estratégia da companhia relativamente ao mercado dos Açores.

Portanto, apoiamos a proposta do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que o CDS já tinha, de alguma forma, aprendido quais eram as consequências negativas de uma privatização, e uma privatização de serviços públicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não é!

O Orador: Mas parece que não. O CDS pensa que estamos perante uma nacionalização da TAP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A TAP agora é pública!

O Orador: Mas não foi isso que aconteceu, não foi uma verdadeira nacionalização, foi, andes de mais, ou assistimos, antes de mais, a uma privatização mitigada. Tanto mais que se tivesse sido cumprido o objetivo inicial do CDS e do PSD, no anterior Governo da República, estaríamos perante, se calhar, um problema bem maior, porque, se calhar, aquilo que estaríamos a discutir seria a inexistência da TAP, da TAP ter desaparecido, porque a privatização total da TAP não nos dava garantias de nada, os resultados seriam completamente imprevisíveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E esta que garantias dá?

O Orador: Esta, estamos perante aquela que é sempre uma posição dúbia do Partido Socialista, que ora dá uma de esquerda, ora dá uma de direita. Não vamos nacionalizar a TAP, mas vamos semiprivatizá-la. Assim talvez seja melhor. Mas, na realidade, o que acontece é quando temos uma companhia que deveria assegurar um serviço público e quando privatizamos essa companhia,

em parte, ela deixa de ser pública, inteiramente pública e começa a atender aqueles que são interesses puramente comerciais, invertem-se as prioridades. Portanto, já não estamos perante uma companhia que coloca em primeiro lugar o cumprimento de um serviço público e estamos perante uma companhia que relativiza as coisas e, se calhar, olha, vamos agora atender ao nosso objetivo principal que é de garantir a divisão de dividendos no final dos exercícios da prestação da companhia. E o que interessa é dividir esses dividendos pelos acionistas. Neste caso, também existem acionistas privados.

Ora, é de estranhar que o CDS e o PSD, que sempre foram a favor da privatização de serviços públicos, e não só da TAP, como também dos CTT, agora, depois de estarem a favor dessas privatizações, se queixem das consequências dessas mesmas privatizações e é isso que estamos a assistir, neste caso também, das consequências nefastas de uma semiprivatização, neste caso da TAP, e que muito tem prejudicado os portugueses e também cá os açorianos, primeiro, com o encerramento da loja de Angra do Heroísmo e, agora, com o encerramento do balcão em Ponta Delgada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faça alguma coisa!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, poder-me-á acusar de ser azedo, é verdade, sou azedo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: ... por vezes, nos argumentos. Mas fique descansado que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP, à semelhança do sentido do nosso voto da iniciativa anterior contra o encerramento da loja de Angra do Heroísmo.

Portanto, mas não podemos deixar passar em branco um CDS que enquanto a privatização se está a desencadear está tudo bem, quando começam a sofrer as consequências das privatizações, aí já não está tão bem e há que atender ao serviço público. Acho que ainda não perceberam que um serviço quando é

privado atende prioritariamente à lógica do lucro, do proveito. É normal, é assim, qualquer negócio é assim que deve funcionar.

Por vezes acontece, raras vezes, que aquele que é o interesse privado, o interesse dos acionistas poderá coincidir com aquele que é o interesse público, mas não é uma garantia. Essa garantia só é dada quando estamos perante empresas públicas, inteiramente públicas.

De certo que também enfrentamos aqui, na região, problemas semelhantes ou com contornos semelhantes com a EDA, por exemplo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A SATA!

O Orador: ... que já não é completamente pública, mas já está semiprivatizada. Ou até, estou aqui a recordar-me de uma intervenção do Sr. João Paulo Corvelo, não no âmbito desta iniciativa, mas na anterior...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado João Paulo Corvelo!

O Orador: Sr. Deputado João Paulo Corvelo! Sem ofensa.

Quanto ao BANIF, não teríamos provavelmente os problemas que tivemos se não tivessem privatizado o BCA, mas tanto o PS como o PSD, aqui na região, sempre foram adeptos de privatizações, sempre foram nessa onda e acabaram por privatizar o BCA e a região deixou de ter um banco público.

Portanto, o mesmo se passa, de forma mitigada, com a TAP.

Mas, tal como referi, reafirmo que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte, ao longo dos 40 anos de existência do nosso partido, do PPM, temos vindo a defender sempre a manutenção nas mãos dos portugueses, nas mãos dos estados, das empresas estratégicas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e sempre considerámos a TAP uma empresa estratégica para a defesa do interesse nacional e para a defesa dos portugueses.

E se é uma empresa estratégica de âmbito nacional, também é, pelas suas características, uma empresa estratégica para os Açores e nós, os Açores, temos que ter uma importância decisiva no âmbito das grandes empresas públicas nacionais.

Nós não podemos dizer, “Bom, isso é uma empresa pública continental”. Não, não, a TAP é uma empresa pública nacional e nós temos o interesse específico da região nesta matéria e devemos fazê-lo em todos os âmbitos que são de interesse para a região como é, claramente, o transporte aéreo.

E eu quero dizer-vos o seguinte. Não tenho, em relação a esta matéria, nenhuma dúvida que uma loja comercial e instalações de outro tipo são sempre, pertencem sempre, aumentam sempre a massa crítica, a capacidade de decisão, a proximidade, são sempre instrumentos que são uma desvantagem para os Açores se não estiverem aqui, mas se estiverem no Porto, mas se estiverem em Lisboa e em outras regiões nacionais. A partir do momento em que admitimos e pragmatizamos que a existência de instalações, a existência de capacidade de decisão instalada no nosso território é pragmatizável e que não é assim muito visível, a partir daí, isso é um erro estratégico fundamental.

Eu sei que alguns dos deputados que se sentam nessa bancada do Partido Socialista, na primeira fila, encostado ao lado esquerdo, do meu lado esquerdo, já defenderam, em algumas circunstâncias, e já publicaram, em alguns sítios de jornal, a dizer, “Venda-se a TAP!”. Mas, meus senhores, nesta matéria, como acabei por vos dizer, no início, nós mantivemos, desde o início, a coerência

absoluta, nesta matéria. É uma empresa fundamental? É! É uma empresa nacional? É! Mas é uma empresa nacional que, pelas suas características, importa manter nos Açores a maior capacidade crítica possível e a maior capacidade em termos de instalações e de poder de decisão.

Deputado André Bradford (PS): É uma loja! Qual é a capacidade de decisão?

O Orador: Por isso, Srs. Deputados, quero aqui afirmar e transmitir ao CDS-PP que vou votar favoravelmente esta vossa iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos abordar o assunto em debate sem colocarmos algumas questões muito sérias e graves que temos de começar por questionar o seguinte.

Este CDS que subscreveu este projeto de resolução e pretende demonstrar tamanha preocupação com o encerramento das lojas da SATA...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): TAP!

O Orador: ... é o mesmo que, fazendo parte da TAP, é o mesmo que, fazendo parte de um governo já demitido na Assembleia da República, vendeu ilegalmente, ao desbarato, a TAP a uma empresa falida? É este mesmo CDS que, estando no governo, no XIX e no XX governos constitucionais, subsidiou uma empresa concorrente da TAP com o pretexto de criar algumas centenas de postos de trabalho, esquecendo-se do propósito de que a TAP era responsável apenas e somente por 12 mil postos de trabalho diretos e mais de 10 mil indiretos e só para os cofres da Segurança Social era responsável por uma entrada anual de cerca de 100 milhões de euros, aproximadamente o mesmo para os cofres do Estado via IRS?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi este processo de venda/ oferta da TAP ao senhor David Neeleman que o Governo da República, da responsabilidade do Partido Socialista, optou por legalizar em vez de, como se impunha, anular e que, ao contrário do que sempre foi anunciado, em vez de capitalizar a TAP, está a capitalizar, isto, sim, a falida Azul do Sr. Neeleman.

Foi aquela privatização, na qual, apesar do Estado deter 50% do capital da TAP, determina que a sua gestão seja efetuada pelo privado e não a gestão paga à *Boston Consulting Group*, bem conhecida pelos seus estudos por medida e encomenda a proposta de que, passo a citar, “Aumentar a eficiência e eficácia dos serviços de apoio permitiria à TAP arrecadar mais de 10 a 15 milhões de euros em poupanças, reduzindo a força do trabalho em 40%”.

É deveras elucidativo que os máximos responsáveis pelas decisões desastrosas e graves que a gestão da TAP, hoje, toma,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor já fez mais que o Deputado Passos Coelho neste Parlamento!

O Orador: ... entre as quais, e do encerramento de lojas, venham chorar lágrimas de crocodilo, como se não fossem as políticas do CDS, do PSD e do PS os responsáveis por tudo isso.

Não é, pois, de estranhar que, certamente, o sentimento de culpa impeça estes partidos de questionarem diretamente o atual Governo da República sobre esta questão do encerramento das lojas na região.

Compreende-se, seria, de facto, algo que tocara as reais de mais elementar falta de honestidade intelectual. É, de facto, mais simples e talvez alivie um pouco as consciências atirar poeira para os olhos dos açorianos, apresentando, neste Parlamento, um projeto de resolução e esperar que ninguém se lembre de quem são os verdadeiros culpados do que está a suceder. Não o conseguirão, nós cá estamos e estaremos para denunciar e, como sempre, uma vez mais, para

combater tais medidas. Porque nós, PCP, seja aqui ou na República, temos a mesma postura,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é bem assim!

Deputado Francisco César (PS): Não é bem assim, Sr. Deputado! Lá é PCP, cá...

O Orador: ... defendemos os mesmos princípios, temos as mesmas vozes e anuncio, desde já, e formalmente, que o PCP não se limita apenas a iniciativa de criar factos políticas de consumo local ou regional e por isso mesmo, na Assembleia da República, já entrou um requerimento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois!

O Orador: ... em que questiona o Governo da República sobre o encerramento das lojas da TAP na região. Vou fazer a entrega dele à Sra. Presidente para ser entregue à câmara total.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi hoje à tarde!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de ser rececionado na Mesa, será, então, distribuído.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, falou aqui em lágrimas de crocodilo. Oh, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, talvez fosse mais um chorar de lacaio que se aplicaria ao PCP, porque os senhores vertem lágrimas, mas não são consequentes; os senhores são politicamente desonestos, aqui e na República, porque os senhores deram a maior golpada democrática que se deu num governo que ganhou as eleições.

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, que eu saiba, os senhores estão num governo que o povo não votou e isso para o PCP, que se arvora, que canta a democracia, todos os dias,...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Isso não faz parte de governo nenhum, Sr. Deputado!

O Orador: Faz, Sr. Deputado!

... devia ter vergonha de dizer o que disse aqui, Sr. Deputado.

Mas vou dizer-lhe mais e vou dizer-lhe que essa golpada é todos os dias sancionada pelo seu partido na Assembleia da República, aliás, foi um dos grandes promotores.

Só quem ganha as eleições tem legitimidade democrática, quem não as ganha foi um assalto ao poder, mas isso é coisa que o PCP já está habituado a fazer, quer em Portugal, quer em outras paragens. Os assaltos ao poder são, efetivamente, a sua especialidade.

Quanto ao Sr. Deputado, não vejo por que é que o PCP em vez de estar, como o senhor adjetivou, essas coisas sem consequência, um requerimento a perguntar ao Governo?! Não, Sr. Deputado! Uma proposta para ser votada na Assembleia da República! Isso é que é ser consequente e ter coragem. É uma proposta na Assembleia da República, os senhores lá estão, fazem parte da geringonça, aprovam o orçamento e faça lá a propostazinha. Não é um requerimento a pedir explicações; faça a sua proposta, o seu partido lá fora, e exija ao Governo, na Assembleia da República, tudo o que tem que exigir da TAP. Ponha a TAP novamente pública, reverta o processo de privatização, Sr. Deputado, reverta!

Deputado Francisco César (PS): Renacionalize! É isso que o senhor quer dizer!

O Orador: É isso que o senhor tem que fazer para ser consequente, senão é politicamente desonesto, o seu partido é politicamente desonesto se não reverter a situação que está na TAP. Não é consequente. O mesmo se aplica ao

camarada do Bloco de Esquerda, a mesma coisa, que não é azedo, mas não é consequente (não é azedo, mas não é consequente!) e, sobretudo, não é coerente, porque a geringoncinha ou a geringonça toda junta, se se juntasse, talvez conseguisse convencer aquele governo de malfeitores que os senhores dizem que é do Partido Socialista. Quando a medida é boa, é de todos vós, quando a medida é má, é do Governo e do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Nessa parte, o Sr. Deputado Artur Lima tem razão! Quando a medida é má, é do Partido Socialista!

O Orador: A isto chama-se desonestidade política, Sr. Deputado Paulo e Sr. Deputado João Corvelo.

Portanto, eu acho que nessa matéria o senhor só tem que ser consequente e falar lá com os seus camaradas para resolverem o assunto. Não é um requerimentozinho, isso não serve para nada. Requerimentos faz até o deputado do PAN, também faz uns requerimentos.

Deputado Francisco César (PS): O senhor disse que os requerimentos não servem para nada! Regista, Berto!

O Orador: Não! Nessa questão, Sr. Deputado Francisco César. Aliás, tenho um requerimento muito engraçado para o seu governo, daqui a bocadinho.

Sr. Deputado André Bradford, o senhor permita-me, ouvi em aparte, e também respondendo ao Sr. Deputado Faria e Maia, o seguinte.

O Sr. Deputado Dionísio Maia diz, e com alguma razão, a loja, enfim, não é tudo, um delegado não é tudo. Mas eu conheço passageiros, e os senhores também conhecem, que, por incúria, por terem perdido o cartão de embarque e como têm que pagar uma coisa que são preços exorbitantes dessa liberalização que foi defendida desta maneira e que o PS foi grande promotor, por exemplo, perdem o canhoto do cartão de embarque, para fazerem o reembolso têm que pedir a Lisboa!

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não, Sr. Deputado!

Têm que pedir a Lisboa! E Lisboa não lhes envia os cartões de embarque. Portanto, as pessoas pagaram 500 euros por uma passagem, por azar, perderam o cartão de embarque, às vezes os estudantes perdem, iam à loja da SATA (é para isso que serve uma lojinha, Sr. Deputado Bradford!), pagavam lá os cinco euros e imprimiam-lhe um segundo cartão de embarque. Aliás, como vão à loja da SATA e lhe imprimem um segundo cartão de embarque. Ainda agora fui fazer isso.

Portanto, é fundamental ter porque, à espera do cartãozinho que vem de Lisboa, há famílias que não podem esperar, sobretudo estudantes que pagam...

Deputado Francisco César (PS): Porquê?

O Orador: Sim, senhor! Se o senhor perder o cartão de embarque e quiser uma segunda via,...

Deputado Francisco César (PS): Já pedi via email!

O Orador: ... tem que ir ao “Fale connosco” e vem de Lisboa e tem que esperar, eu sei,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem, sim, senhor!

O Orador: ... pelo menos, há muito tempo, não vem.

Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, depois fala com o Sr. Deputado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É que o senhor é um privilegiado!

(Risos da câmara)

O Orador: Há pessoas que não podem esperar, Sr. Deputado! Estou a dar-lhe exemplos práticos, como estou a dar-lhe exemplos práticos, por exemplo, também quando a bagagem é danificada, tem que fazer um mailzinho, se tiver

um funcionário ali, é mais fácil, há o contacto de proximidade. A isso chama-se serviços de proximidade. E nos cartões de embarque, garanto-lhe, Sr. Deputado Francisco César e Sr. Deputado Dionísio Maia, que isto vai trazer sérios problemas aos utentes, porque a companhia, concordamos, está ali, não é a Santa Casa da Misericórdia, está ali para ganhar dinheiro, para defender a sua companhia, mas está também para prestar um serviço e se presta um serviço e se é quase praticamente impossível obter uma segunda via do cartão de embarque, isso prejudica gravemente as pessoas. E é para isso que servem as lojinhas! Chame-lhe lojinha!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Despeça todos os funcionários que estão nas lojinhas!

O Orador: Mas é uma lojinha, nem que estivesse aberta meio dia, mas eu sabia que das nove ao meio dia ia lá. E, depois, há a injustiça de terem prometido a gente postos de trabalho noutra ilha, que se deslocalizaram para outra ilha, e agora têm que vir. Portanto, isto é lamentável, isto não é aceitável.

Deputado Francisco César (PS): Tem razão!

O Orador: Agora, fico à espera, sinceramente, que quer o Partido Comunista Português, quer o Bloco de Esquerda façam uma proposta na Assembleia da República para reverterem o processo de privatização da TAP. É possível, Sr. Deputado, é perfeitamente possível.

Agora, eu desafio-vos a serem politicamente honestos e a apresentarem os vossos partidos, o mais brevemente possível, numa proposta de reversão do processo de privatização da TAP.

Deputado Francisco Coelho (PS): O PP votará a favor!

O Orador: Se os senhores fizeram essa proposta, os senhores serão politicamente honestos. Nós, Sr. Deputado Francisco Coelho, não pude deixar de ouvir o seu aparte, e para terminar, manteremos a nossa coerência.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): O PP-Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora,...

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para? Não?

Sendo assim, vamos, então, dar continuidade aos trabalhos.

Entramos agora, no ponto 12 da nossa Agenda, é o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 44/XI – “Criação de um regime excecional e temporário para ilha do Corvo no âmbito das reinspeções obrigatórias de veículos”. Este pedido de urgência é apresentado pelo PPM e, para o justificar, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência: por que é que é urgente? É muito fácil de explicar por que é que é urgente.

Como sabem, estão a decorrer obras no cais do Porto da Casa, aliás, uma proposta aprovada neste Parlamento e que está a ser concretizada pelo Governo Regional (esqueci-me de dizer que a proposta é do PPM), mas que foi aprovada pelo conjunto dos partidos que integram esta câmara, essa obra é uma obra estratégica, uma obra de enorme importância e, evidentemente, existem constrangimentos e esses constrangimentos têm a ver com os veículos pesados

que, neste momento, dada a magnitude da obra, uma das maiores obras jamais realizadas na ilha, está a provocar uma degradação das estradas e dos pisos.

O Governo Regional – não estou a inventar nada –, para uma situação também difícil, uma situação de profunda degradação das estradas na nossa ilha vizinha, na ilha das Flores, aprovou, a partir de 97, um conjunto de portarias, tenho aqui a portaria de 97, a de 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, etc.. E o que é que diz essa portaria? O que diz essa portaria é que: “Ponto n.º 1: Pelas inspeções e reinspeções obrigatórias de veículos que se realizem na ilha das Flores, no ano 2009, a entidade autorizada a exercer atividade de inspeção de veículos nessa ilha cobrará apenas 50% do valor das tarifas em vigor na Região Autónoma dos Açores”.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é a urgência! Isso é a proposta!

O Orador: A própria portaria depois refere, que é o que nós pedimos e que é urgente, de facto, que não há um grande conjunto de oficinas (é a mesma coisa no Corvo) onde comprar as peças, para que os carros sejam reparados para a realização da inspeção. Também não temos essas lojas no Corvo. Portanto, todas as circunstâncias das Flores existem no Corvo, só com maior intensidade ainda.

E agora, terminando este pedido de urgência, dizem que uma imagem vale mais do que mil palavras. Então, eu vou aproveitar para mostrar aqui as imagens.

(Neste momento, o Orador mostra várias imagens à câmara.)

Uma imagem vale mais do que mil palavras. Eu tenho que...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Oh, meus senhores! Sr. Membro do Governo, Berto Messias, por que é que é urgente? Veja bem, eu gostava que visse. Não é urgente? Olhe estes buracos; olhe as condições desta estrada. Sr. Deputado Iasalde Nunes, olhe aqui para esta estrada. Oiça! Outra fotografia noutra zona da estrada, outra fotografia doutra zona da estrada. Sr. Deputado Iasalde, também para que os açorianos possam ver, outra zona, na fotografia...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, convém agora justificar por que é que é urgente.

O Orador: Sra. Presidente, tem toda a razão.

Já apresentei aqui sete ou oito razões da urgência. Tenho aqui mais 15 razões da urgência, que mostram...

Presidente: Quem nos ouve não consegue ver as fotos, Sr. Deputado!

O Orador: ... e identificam as condições extremas em que se encontram as estradas do Corvo e qual é a razão pela qual, de forma urgente, devem ser introduzidos os mecanismos que também foram utilizados na vizinha ilha das Flores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu quando pedi que justificasse, como deve compreender, também quem nos acompanha não consegue ver as fotografias e era para perceberem o motivo da sua apresentação.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este pedido de urgência do PPM, que visa criar um regime excepcional e temporário para a ilha do Corvo, no âmbito das reinspeções obrigatórias de veículos, justificando que, devido às obras do prolongamento e alargamento do Porto da Casa, as estradas estão a provocar um desgaste muito

considerável nos veículos que nelas circulam, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que: não existem quaisquer evidências de estradas degradadas, neste momento, que possam provocar tal desgaste.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há evidências!?

O Orador: Foi pedido um levantamento, pela Câmara Municipal do Corvo, no início da obra, do estado das estradas, para que na conclusão das mesmas se faça o novo levantamento com o objetivo de, se necessário, o dono da obra proceda à sua reparação.

O Sr. Deputado deixe-me fazer a minha intervenção. O Sr. Deputado faz as suas intervenções e eu nunca falo! Já reparou? Eu estou aqui há cinco anos e, nas suas intervenções, eu nunca lhe respondo.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi pedido pela Câmara Municipal do Corvo ao dono da obra que logo que note algum problema ou estrago nessas estradas intervenha de imediato, procedendo à sua reparação, mesmo que temporária, para não causar quaisquer constrangimentos aos proprietários dos veículos, quer na circulação, quer no desgaste dos mesmos.

Daí que o Grupo Parlamentar considera que, pelo menos, para já, não existe nenhuma razão que justifique essa urgência e está, naturalmente, atento a esta situação.

Tenho circulado pelas estradas do Corvo e não tenho visto esses buracos todos que o senhor fala, mas, com certeza, o Sr. Deputado terá oportunidade de, em comissão, mostrar as suas fotos, com zoom ou sem zoom,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de provar a sua intenção.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Realmente, era a altura de a gente ter um momento de descontração, neste Parlamento. Isto faz-me lembrar aquela publicidade que dá na televisão que é com um detergente qualquer, que é costas de cima e costas de baixo; as costas de cima lavam mais rápido do que as outras. Portanto, eu acho que há aqui um Sr. Deputado que é do Corvo de Baixo, e há um Sr. Deputado que é do Corvo de Cima. Há um Sr. Deputado que é da terra com alcatrão e um Sr. Deputado que não tem terra de alcatrão.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, eu fico aqui que há dois Corvos, pelo menos. Há o Corvo de Cima e o Corvo de Baixo, há o Corvo com estrada e o Corvo sem estrada. O Deputado Iasalde é tudo autoestradas alemãs,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... enfim, que aqueles carros andam ali, não tremem nada, aquilo é uma maravilha, os carros deslisam, nem se sente o barulho do carro.

Deputado Iasalde Nunes (PS): O senhor tem que ir lá! Não vai lá há anos!

O Orador: Mas também não há problema, porque, se houver algum problema, o Sr. Deputado manda vir uma bugigangazinha pela internet e alcatroa a estrada e a estrada fica alcatroadinha e pronto. Eles têm essa coisa.

Portanto, eu acho que é urgentíssimo esclarecer isso.

Oh, Sr. Deputado Iasalde, não seja desagradável, eu estive, há poucos meses,...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, por favor, não interpele diretamente o Sr. Deputado Iasalde Nunes, porque ele não pode fazer mais nenhuma intervenção.

O Orador: Eu peço desculpa, Sra. Presidente, mas estava a dizer que eu estive, há bem pouco tempo, no Corvo e até tomei o pequeno almoço, bom, uma bela tosta mista, ali no restaurante do Sr. Iasalde.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não pode fazer mais nenhuma intervenção no âmbito do debate da urgência.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS-PP, 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente, votei favoravelmente porque a proposta é minha. Em segundo lugar, é aqui importante referenciar que a inspeção será realizada dentro de muito pouco tempo e que o chumbo desta iniciativa inviabiliza que esta portaria possa entrar em vigor este ano e possa já proteger os proprietários dos veículos. E é profundamente lamentável que deputados que conhecem a realidade, que vivem na ilha do Corvo, como o Sr. Deputado Iasalde Nunes, venham aqui negar a evidência.

Eu tive a oportunidade, tive o cuidado de demonstrar esta realidade. Estas fotografias, o senhor só não vê porque não quer ver,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O maior cego é o que não quer ver!

O Orador: ... o senhor só não protege os interesses do Corvo, porque o senhor prefere...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... estar ao serviço...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... dos interesses do Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito de uma declaração de voto. Não pode interpelar dessa forma um colega de outra bancada. Não pode e o senhor sabe que não pode fazer isso.

O Orador: Tem toda a razão, Sra. Presidente. Vou tentar limitar-me à urgência.

Presidente: Não é à urgência, é à declaração de voto!

O Orador: À declaração de voto! Estamos aqui a fazer uma declaração de voto sobre a urgência, certo? Pronto.

Então, vou aqui limitar-me, no entanto, o que está dito, está dito.

(Risos da câmara)

Mas, de qualquer das formas, é, de facto, lamentável, por isso é que nós apresentámos esta iniciativa. As pessoas no Corvo que nos estão a ouvir e que vão ter a oportunidade de ver este vídeo sabem bem que isto é uma realidade, vão ficar absolutamente surpreendidas como é que este Parlamento, tendo a oportunidade de agir de forma urgente, não o fez, como é que esta urgência foi inviabilizada. Portanto, na minha perspetiva, não tem qualquer explicação racional, a não ser má vontade, por parte da maioria governamental, em não resolver um problema que é necessário resolver.

Presidente: Sr. Deputado, está a justificar o seu sentido de voto.

O Orador: E termino, Sra. Presidente, com esta última afirmação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprova uma proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão é um amigo do Corvo...

Eu posso fazer uma introdução, o senhor também fez!

... quando não, já somos inimigos do Corvo.

Na última legislatura, o senhor até elogiou-me duas vezes a dizer que eu era um amigo do Corvo; agora, já não sou. Mas fique com as suas palavras, que valem o que valem.

Como isto é uma declaração de voto, eu vou ter que justificar, não é verdade?

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra, porque não (e vou repetir-me) existem, neste momento, quaisquer evidências de estradas degradadas que possam provocar o desgaste das viaturas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso!

O Orador: ... e foi pedido pela Câmara Municipal do Corvo ao dono da obra que logo que note algum problema ou estrago nessas estradas que intervenha de imediato, procedendo à sua reparação, mesmo que temporária,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso! Veja bem!

O Orador: ... para não causar quaisquer constrangimentos aos proprietários dos veículos, quer na circulação, quer no desgaste dos mesmos.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Veja lá! Não diga isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo...

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para? Uma interpelação à Mesa? Tem a palavra.

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Sra. Presidente, uma interpelação para lhe fazer uma pergunta e pedir-lhe que confirme ou não confirme aquilo que lhe vou perguntar.

Se bem me recordo, segundo diz o nosso Regimento, o facto deste pedido de urgência ter sido chumbado faz com que a proposta que o PPM aqui apresenta baixe à comissão e, portanto, seja apreciada em comissão...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Oh, Sr. Deputado! Isso é *La Palisse*!

O Orador: ... e a própria comissão fará o trabalho e as diligências que entender sobre a proposta aqui apresentada.

Gostaria que me confirmasse se é ou não assim.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Isso não é honesto da sua parte!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Secretário Regional,...

Sras. e Srs. Deputados!

... o artigo 146 o que nos diz é que chumbada a urgência, naturalmente, baixa à comissão para prosseguir o processo legislativo comum.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso Regimento deveria proibir perguntas de *La Palisse*.

(Risos da câmara)

Há alguns especialistas nesta casa!

Mas eu vou-lhe fazer uma pergunta, antes da modificação do Regimento, do mesmo género.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é *La Palisse*!

Deputado Francisco Coelho (PS): Essa é a “La Paulo Estêvão”!

O Orador: Sra. Presidente, eu vou perguntar-lhe o seguinte: a inspeção realiza-se nas próximas duas semanas, eu pergunto-lhe se há oportunidade desta legislação ser votada e publicada no período que antecede essa data.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Presidente já sabe o calendário das inspeções!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, como deverá compreender, a justificação da urgência cabe a quem a propõe. Entende que haveria aqui importância aprová-la agora, apresentou a urgência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Haverá possibilidade de ser votado?

Presidente: Não. Baixa à comissão para vir em setembro ao Plenário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois, é isso mesmo! Peço desculpa pela pergunta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às dez para as seis.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 04 minutos.

Entramos, agora, no ponto 14 da nossa Agenda: pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 45/XI – “Manutenção dos postos de trabalho na fábrica da Cofaco da Madalena do Pico”. Este pedido de urgência é requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Excelentíssima Sra. Presidente, Excelentíssimos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Excelentíssimos Srs. Secretários:

Toda e qualquer insegurança e incerteza sobre a garantia de trabalho na nossa região, em especial em ilhas que sofrem de desertificação, devem merecer a máxima atenção na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Neste caso concreto, temos a preocupação de algumas centenas de famílias açorianas, na ilha do Pico, que asseguram os seus planos de vida na indústria conserveira.

Falamos de cerca de 200 postos de trabalho, diretos e indiretos, ou mais ainda indiretos, numa ilha com pouco mais de 14 mil habitantes e uma população ativa na ordem das seis mil pessoas.

É imperativo que o mar e o setor das pescas e as suas indústrias complementares continuem a assumir um papel fundamental e central no desenvolvimento da região, refundando-se e apresentando soluções competitivas perante os elevados parâmetros de qualidade que o mercado exige. Em especial, as inúmeras funcionárias e funcionários da Cofaco, na ilha do Pico, sofrem, ao longo dos últimos meses, muita angústia e ansiedade

relacionadas com a incerteza quanto ao seu futuro profissional e familiar. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD Açores considera fundamental que nos pronunciemos sobre o seu futuro e é neste contexto que apresentamos esta proposta de resolução, que consideramos, sem margem de dúvida, merecer um tratamento urgente.

Tenho dito. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido, então, aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Marco Costa para apresentar o projeto de resolução.

Deputado Marco Costa (PSD): Excelentíssima Sra. Presidente, Excelentíssimos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Excelentíssimos Srs. Secretários:

É imperativo que o mar e o sector das pescas continuem a assumir um papel fundamental e central no desenvolvimento da Região. A este pressuposto junta-se a gestão dos ciclos de capturas e a valorização, por parte das indústrias, dos produtos dos nossos mares, potenciando as vantagens que lhe estão acessíveis, aprofundando a inovação e apostando em mercados de qualidade diferenciada e

na certificação por métodos de captura ambientalmente equilibrados e sustentáveis.

A Cofaco Açores na ilha do Pico assume-se como um importante gerador de postos de trabalho diretos e indiretos, empregando diretamente, neste momento, cerca de 200 trabalhadores, um número considerável tendo em conta a população ativa da ilha do Pico.

Num período de grandes dificuldades de emprego, e dada a importância proporcional que esta empresa representa na criação de emprego direto e indireto na ilha do Pico, em especial junto da mão-de-obra feminina, cresce a incerteza e a angústia dos trabalhadores perante o anúncio de encerramento da fábrica para obras e a suspensão dos contratos de trabalho.

São inúmeras as intervenções públicas dos funcionários a denunciar a ausência de respostas objetivas, no seguimento do pré-anúncio do Governo Regional dos Açores e da Cofaco de que está prevista a construção de uma nova unidade fabril da empresa na Madalena do Pico.

Dada a importância económica e social deste setor na ilha do Pico, esta situação deve merecer a máxima atenção dos governantes em prol da salvaguarda e manutenção dos postos de trabalho da Cofaco Açores.

Repito, estamos a falar de mais de 200 postos de trabalho numa ilha com pouco mais de 14 mil habitantes e uma população ativa na ordem das seis mil pessoas. Assim, consideramos que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve recomendar ao Governo Regional dos Açores que encete todas as diligências conducentes à viabilização das intenções do promotor – Cofaco Açores, em construir uma nova unidade fabril na Madalena do Pico, assegurando a manutenção dos postos de trabalho.

Tenho dito.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A importância da Cofaco nos Açores e no Pico é inquestionável, são mais de 50 anos de atividade nos Açores e, em particular, na ilha do Pico. A história do concelho da Madalena e da ilha do Pico está, naturalmente, intimamente relacionada com a história da Cofaco e permitam-me também aqui referir o pioneirismo do Sr. Francisco Pessanha, que merecerá sempre a nossa justa homenagem.

O Governo dos Açores, desde a primeira hora e naquilo que lhe compete nesta matéria, tem acompanhado a evolução do processo e recordo que, por exemplo, salvo erro, entre 2011, 2012, no anterior Quadro Comunitário, havia já disponibilizado apoios muito significativos para a construção da nova fábrica. Atualmente, já no novo Quadro Comunitário, mantêm-se os apoios para a construção de uma nova fábrica da Cofaco na ilha do Pico, que, sinceramente, espero que se concretize o mais depressa possível.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Como todos sabemos, é um assunto muito importante e muito sensível, é um assunto que muito tem, e bem, sido trabalhado dentro daquilo que é possível, considerando tratar-se de um investimento privado e, verdade seja dita, esse trabalho tem sido feito e desenvolvido pelo Governo dos Açores, mas também pelo Município da Madalena do Pico.

Faço parte desse executivo municipal, aliás, como o Sr. Deputado Marco Costa, e, como sabemos, é um tema recorrente, em quase todas as reuniões camarárias referimos este tema e discutimos o tema, trata-se de uma empresa privada que

decide como quiser e entender, mas o que é certo é que todos, sem exceção, temos lutado pelo interesse que isso significa para a ilha do Pico e o interesse que o Município da Madalena tem tido, bem como o Governo Regional dos Açores, para que se mantenha aquela unidade fabril e os cerca de 200 postos de trabalho.

Nestes termos e considerando aquilo que é apresentado neste projeto de resolução, onde o PSD recomenda que o Governo Regional encete todas as diligências conducentes à viabilização das intenções do promotor, não só construindo a unidade fabril, como mantendo os seus postos de trabalho, não é mais do que aquilo que o Governo, o Município e até, porque não, os quatro deputados eleitos pela ilha do Pico têm trabalhado nesse sentido, e, portanto, não é mais do que isso, e por isso e mais uma vez na defesa dos picarotos, votaremos favoravelmente esta iniciativa do PSD.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução agora apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD tem como objetivo, em última instância, algo que, para nós, é da maior importância: a salvaguarda e a manutenção de cerca de 200 postos de trabalho assegurados pela Cofaco na Madalena do Pico, portanto, na ilha do Pico.

E numa ilha onde a população ativa ronda as 6300 pessoas, segundo os Censos de 2011, estes 200 postos de trabalho representam o sustento de mais de 3% dessas pessoas.

Assim sendo, como não poderia deixar de ser, a manutenção destes postos de trabalho é uma preocupação do CDS, é um objetivo do CDS e, de facto, a atividade desenvolvida pela Cofaco tem um grande impacto socioeconómico na ilha do Pico e é fundamental para o desenvolvimento da ilha e da sua economia. O Governo Regional afirma repetidamente que a sua prioridade é o emprego, emprego e mais emprego, e no entender do CDS é exatamente no setor privado, nas empresas que deve ser criado e mantido o emprego. Neste caso, diretamente através do setor secundário, da indústria conserveira, e indiretamente através do setor primário, valorizando a nossa pesca e o nosso mar, que é e deve continuar a ser um dos pilares do nosso desenvolvimento.

Assim sendo, é natural que o Governo Regional desenvolva e encete todas as diligências para garantir a permanência e a continuidade da Cofaco na Madalena do Pico.

Dito isto, este projeto de resolução tem, aparentemente, algo de paradoxal e que nos suscita algumas dúvidas e eu passo a explicar.

No penúltimo considerando do diploma pode ler-se que, e cito, “São inúmeras as intervenções públicas dos funcionários a denunciar a ausência de respostas objetivas no seguimento do pré-anúncio do Governo Regional dos Açores e da Cofaco de que está prevista a construção de uma nova unidade fabril da empresa na Madalena do Pico e de que no período de construção da nova fábrica a atual unidade será encerrada e os trabalhadores verão os seus contratos de trabalho suspensos”.

No entanto, no ponto resolutivo apenas se visa que o Governo Regional encete todas as diligências possíveis conducentes à viabilização das intenções da Cofaco em construir a nova unidade fabril. Ou seja, é levantada uma

preocupação com a suspensão dos postos de trabalho, durante a construção da nova unidade fabril, mas depois a resolução apenas visa que se diligencie no sentido de viabilizar a construção da fábrica, ou seja, não há uma única referência em relação à suspensão dos contratos dos trabalhadores...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e, como tal, o que eu perguntava, os esclarecimentos que solicitava ao Grupo Parlamentar do PSD referem-se nomeadamente à suspensão desses contratos de trabalho, ou seja, qual é que é a visão para uma solução transitória que o PSD tem e ainda, mais concretamente, sendo a Cofaco uma empresa privada, o que é que se entende por “todas as diligências conducentes à viabilização das intenções da Cofaco Açores em construir uma nova unidade fabril na Madalena”, ou seja, em concreto, o que é que se pretende.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acompanhamos, desde já, a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, aliás, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem evidenciado preocupações relevantes acerca da atual situação da fábrica da Cofaco na Madalena, tivemos oportunidade ainda em Plenários anteriores de questionar o Governo Regional sobre o futuro desta unidade fabril e ficamos sem resposta, a não ser uma resposta que nos foi dada por requerimento entregue nesta casa, que, mesmo assim, não nos garante grande futuro para a fábrica, desde já, porque na resposta que nos foi dada é referida uma remodelação e/ou reorientação das unidades fabris do Pico e Rabo de Peixe e o objeto da resolução do Grupo Parlamentar do PSD fala-nos de uma nova unidade fabril.

Portanto, até nisso há uma certa incerteza sobre o que é que irá acontecer na Madalena do Pico.

Agora, uma coisa nos parece certa é que o Governo Regional é verdade que não é o promotor do empreendimento, mas concordamos que pode e deve mover influência junto à Cofaco para garantir aqueles que são critérios políticos de coesão nos Açores. Sim, porque o Governo Regional tem mantido e tem assumido que tem mantido contacto com a Cofaco, mas não aproveita sequer o contacto que tem estabelecido e tem mantido com a Cofaco para transmitir às trabalhadoras, às 200 trabalhadoras da fábrica qualquer informação que assegure o seu futuro, porque, neste momento, a situação que se vive no Pico é dramática, são de trabalhadoras inseguras que, inclusive, suspeitam que estão a contribuir para o desmantelamento da fábrica e para o seu consequente desemprego e, portanto,...

Deputado Manuel Pereira (PS): O que é que isso tem a ver com o assunto em debate?

O Orador: ... vivem numa situação de grande insegurança, não só para si, mas para as suas famílias. E já foi aqui referido por diversas vezes que estamos aqui perante 200 trabalhadores, o que corresponde mais ou menos a 200 famílias na ilha do Pico, o que não é pouco.

Ora, e não só o Governo Regional deveria ter tido outra postura, e espero que mude essa postura, pelo menos para assegurar e para garantir um futuro a estas trabalhadoras, mas também devemos salientar aqui a atitude de arrogância e prepotência por parte da entidade patronal, a Cofaco, que também nada tem transmitido de seguro para as suas trabalhadoras da unidade fabril da Madalena. E essa arrogância e essa prepotência, não podemos esquecer que advém daquele que é um código laboral que tem vindo a cortar direitos laborais e, nesse sentido, há de condenar todas as introduções no código laboral que têm vindo a contribuir para essa insegurança, a coberto de uma postura flexi segurança, que

é tudo menos segura, introduzida pelo anterior Governo da República PSD/CDS, e que, infelizmente, no Governo do Partido Socialista, atualmente na República, que à segunda-feira é de esquerda, mas à terça-feira é capaz de ser de direita e à quarta é centrista, não se percebe muito bem, e, aliás, prova disso é que o Governo do Partido Socialista na República já deveria, nesta altura, ter sido mais consequente e ter promovido alterações ao código laboral. Não basta a António Costa vir para a comunicação social...

Deputado André Bradford (PS): Estamos a falar da COFACO!

O Orador: ... demonstrar a sua indignação perante a situação da Altice, é preciso ser mais consequente, é necessário, é urgente introduzir alterações no código laboral para garantir direitos aos trabalhadores.

Ainda mais, a Cofaco, pelo que já constatamos no breve debate que tivemos nesta casa, usufruiu de fundos públicos, de financiamento público e, portanto, não é nada de mais pedirmos como contrapartida à Cofaco, pedir não, exigir contrapartidas à Cofaco e contrapartidas que passem por atender a critérios que cumpram aquela que deverá ser uma política de verdadeira coesão para a região.

Portanto, não vale estar, por exemplo, a receber financiamento público para encerrar uma fábrica no Pico para construir uma nova fábrica numa outra ilha ou até mesmo aumentar uma fábrica, como no caso de Rabo de Peixe, em São Miguel. As coisas não devem ser feitas dessa forma, deve atender-se a critérios que garantam uma política de verdadeira coesão territorial na região.

Depois, até porque já temos um historial sobre a Cofaco, assistimos a um processo mais ou menos semelhante a este, mais ou menos com os mesmos contornos, há uns anos, com o encerramento da unidade fabril da Cofaco, aqui no Faial, com a transferência de trabalhadores para a Madalena e esperamos nós que não venha a acontecer uma situação semelhante ou idêntica no Pico.

O Sr. Deputado Alonso Miguel referiu e, aliás, levantou questões que são muito pertinentes, que têm a ver com a suspensão da atividade laboral e é claro que nós também gostaríamos de saber que consequências isso terá para as trabalhadoras da Cofaco da unidade fabril da ilha do Pico.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que este investimento é um investimento de uma empresa privada e por isso nós não nos podemos confundir...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sim, sim! Olhe logo quem!

O Orador: ... com aquilo que são as opções de empresas privadas na região.

Naturalmente que, em segundo lugar, gostaria de dizer que, e já foi referido aqui, a importância que a indústria conserveira tem nos Açores naturalmente que o Governo não poderia ficar alheio a esse aspeto e tem seguido e acompanhado com preocupação, naturalmente, esta situação.

Eu devo dizer o seguinte. A Cofaco comunicou ao Governo que, num primeiro momento, tinha intenções de fazer ajustamentos estratégicos na sua produção nos Açores e, nomeadamente, incluía a reorientação da operação no Pico. Naturalmente que a gestão temporal e tudo o resto estrutural deste investimento é da inteira responsabilidade da Cofaco. Da parte do Governo Regional, o que lhes foi informado foi que havia enquadramento para este investimento no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que é o FEAMP, e, portanto, tínhamos todo o interesse em apoiá-los nestes investimentos.

Entretanto, posso dizer-vos que já aconteceram cerca de quatro reuniões com a Cofaco, reuniões mais até de cariz técnico para esclarecimentos acerca da forma como eles poderiam aceder aos fundos comunitários e das exigências e os critérios que estão definidos nesses fundos para este tipo de investimento e, neste momento, a única coisa que eu posso dizer é isto. Eu não posso avançar muito mais, porque não tenho nenhum projeto definitivo na mão. O que vos posso também adiantar é que houve quatro reuniões com estes investidores, foram esclarecidos uma série de assuntos, mas enquanto o Governo Regional não tiver o projeto definitivo não pode adiantar muito mais acerca deste assunto.

A empresa informou-nos que, durante os próximos tempos, estará com o projeto definitivo porque, nomeadamente posso dar-vos um exemplo, é necessário, de acordo com estes fundos comunitários, a apresentação de três orçamentos, por exemplo, para a parte de construção, para a parte de demolição, é exigido sempre por estes fundos a existência de três orçamentos diferentes, pedidos a empresas diferentes. Portanto, este processo está a decorrer e o Governo Regional não tem, neste momento, que, digamos, desconfiar da intenção da Cofaco, que, aliás, devo dizer, têm sido reuniões muito cordiais, muito informativas e não tenho razões para duvidar que este investimento, felizmente, vai se concretizar. Mas, naturalmente, vamos esperar pela entrega do projeto definitivo e só aí é que podemos... Neste momento, não existe mais nada, a não ser todos os esclarecimentos que prestámos à empresa para ela se poder candidatar aos fundos que estão disponíveis.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o PCP vai votar a favor da iniciativa e já apresentou ao Governo Regional um requerimento, há vários meses, sobre esta situação e tem levantado o problema, ao longo dos Plenários anteriores. Mas o PCP esteve, está e estará ao lado das trabalhadoras da Cofaco.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das declarações feitas pelo Sr. Secretário Regional do Mar devo depreender, então, que, atualmente, é totalmente possível financiar empresas privadas, portanto, financiar publicamente empresas privadas sem que tenhamos a garantia de que essas empresas atendam ao cumprimento de critérios de uma verdadeira política de coesão para a região. O que é que eu quero com isto dizer? Que a Cofaco poderá estar a receber financiamento público e nada impede a Cofaco de encerrar uma fábrica, por exemplo, no Pico e reforçar a sua atividade em São Miguel. E, portanto, não estar, de facto, a atender àquela que deveria ser uma política de verdadeira coesão dos Açores e acaba por somente receber o dinheiro e não há qualquer contrapartida em termos de coesão para a região.

Penso que posso depreender das suas declarações.

Deputado André Bradford (PS): Isso é abusivo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que vejo que esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD merece a concordância desta câmara e também do Governo Regional e assim é que devem ser as coisas, na defesa das nossas ilhas e dos interesses das nossas populações.

No caso em apreço, quero apenas referenciar que concordo com o conjunto de argumentos que aqui foram aduzidos e que da parte do PPM também, obviamente, votaremos a favor desta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O João Paulo Corvelo não faria melhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as questões que foram colocadas.

Na verdade, a proposta encerra a intenção da manutenção de todos os postos de trabalho que existem, aliás, a legislação que existe tem valorização para a criação de novos postos de trabalho e espero que o promotor também esteja atento, porque ajuda na aprovação, digamos assim. Portanto, a nossa proposta quando refere uma nova unidade tem implícito a manutenção de todos os postos que já existem, se possível, a criação e levando em conta o que também acontece atualmente. As notícias que vieram a público falam em capturas na ordem das 1200 toneladas, cerca de mil foram descarregadas na Madalena do Pico.

Portanto, fica sempre a intenção comercial da empresa, porque é uma empresa privada e vai decidir sobre o seu futuro, mas são dados que têm, na nossa opinião, de ser levados em conta, até neste trabalho que tem de ser levado por parte do Governo Regional junto do promotor.

Gostaria, se o Sr. Secretário me permite, de colocar uma questão e que está relacionada com a legislação nacional e a legislação regional.

A portaria nacional tem um teto máximo de valor de apoio público na ordem dos seis milhões e quinhentos mil euros; a portaria regional refere o máximo de apoio público de três milhões e quinhentos mil euros. Portanto, se há alguma questão que está dependente de negociação nacional com o Governo da República sobre este teto máximo ou foi uma opção do Governo Regional e se no caso de o promotor apresentar a intenção de um investimento acima destes valores, qual será a regra adotada pelo Governo Regional?

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, confesso que não entendi muito bem a sua preocupação e a sua questão.

O que eu posso dizer é que o que a Cofaco nos comunicou é que estava a fazer ajustamentos estratégicos em toda a sua estrutura laboral e empresarial nos Açores, que passa pela construção de uma nova fábrica no Pico e passa por outras coisas, também com algumas intervenções na fábrica de Rabo de Peixe, que são, tanto quanto nos comunicaram, importantes de serem realizadas.

Também nos informou que em relação à questão da fábrica do Pico o que eles preveem no projeto que está a ser elaborado é que são cerca de 18 meses que decorrerão as obras.

Em relação a outras questões de coesão, pois, eu acho que é muito positivo nós termos esta comunicação da empresa de que vai continuar com a laboração no

Pico, portanto, está a corresponder, digamos assim, ao que o Sr. Deputado falava de coesão territorial, ou seja, vai haver duas fábricas da empresa nos Açores, uma na ilha do Pico e outra na ilha de São Miguel, ambas vão fazer coisas diferentes, tanto quanto nos informaram, mas, como digo, nós não temos o projeto definitivo ainda nas mãos e, nesta sequência, também respondo ao Sr. Deputado que, em relação ao valor dos investimentos, eu também não lhe posso dar a garantia exatamente se devido aos montantes que nós colocámos na portaria poderem ser abaixo daquilo que o promotor poderá necessitar, digamos assim. De qualquer maneira, os valores previstos no FEAMP são valores sempre muito indicativos, que pode sempre haver transferência de verbas de umas rúbricas para outras, e há a possibilidade de alterar estes montantes. Não há qualquer razão de eles não poderem ser alterados, nem qualquer combinação com o Governo da República em relação aos montantes. Na altura, foi o que se achou que seria razoável, entretanto, surgiu este investimento da Cofaco, se for necessário, perfeitamente alterar e também há a possibilidade de os projetos serem partidos de acordo com uma lógica e com critérios que estão estabelecidos no FEAMP e poderem ser financiados.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Portanto, da resposta que deu, ou seja, que, de facto, está garantida pelo menos a remodelação ou reorientação da unidade fabril da Madalena, não sei se estará garantido e gostaria que me respondesse, se está garantido que dessa remodelação não resultará qualquer despedimento. Estamos a falar em 200 operárias e uma remodelação poderá passar pela redução de pessoal e gostaria de saber se garante ou se tem a possibilidade de garantir, neste momento, que não haverá qualquer despedimento na unidade fabril da Madalena.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para fazer aqui duas ou três perguntas ao Sr. Secretário, porque não ficamos esclarecidos no requerimento que fizemos no dia 2 de junho ao Sr. Secretário.

Sobre a fábrica Cofaco do Pico, voltávamos, então, a fazer as perguntas ao Governo Regional, se nos pudesse esclarecer.

Está o Governo Regional em condições de garantir que não irão ocorrer despedimentos na fábrica da Cofaco na ilha do Pico e se, pelo contrário, irão ser criados mais postos de trabalho, com a construção de novas instalações?

Pode o Governo Regional garantir que a frota de barcos da empresa se irá manter na mesma ou aumentar?

Tem o Governo Regional conhecimento das intenções dos acionistas da Cofaco sobre o futuro da empresa, nomeadamente sobre a eventual transferência de produção para fora da região?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer ao Sr. Deputado Marco Costa que não percebi as respostas em relação às perguntas que eu lhe coloquei, não sei qual é que é a visão do PSD em termos de solução transitória para os contratos que serão suspensos.

Perguntava ao Sr. Secretário Regional se nas reuniões que manteve, as tais quatro reuniões que teve, em que se debateram aspetos mais técnicos, se, apesar de não haver ainda um projeto, sabe se a nova unidade fabril será construída no mesmo sítio onde labora agora a atual fábrica e se sim, obviamente terá de ser

encerrada a operação, mas se não, por que razão não poderia continuar a operação até estar construída a nova unidade. Portanto, era a questão que lhe deixava.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sr. Deputado João Corvelo, em relação a isso, como eu já referi aqui, enquanto nós não tivermos o projeto definitivo da fábrica nas nossas mãos para poder ser avaliado, não nos foi comunicado qual seria, se vai haver despedimentos, se não vai haver despedimentos, como é que eles vão ser feitos. O que posso dizer é que isso naturalmente que é da responsabilidade da fábrica cumprir com aquilo que são as questões, o enquadramento legal em vigor. E isso naturalmente que o Governo Regional vai estar muito atento para que o enquadramento legal seja cumprido nestes casos, como em todos.

Enquanto não tiver esse projeto na mão, não gostaria de adiantar mais nada.

Em relação à questão da operação, o que nos foi garantido é que enquanto não entregassem o projeto e também o que nós conversámos com eles é que enquanto não houver um projeto e a certeza de que ele seria aprovado, ainda por cima numa altura em que estava a haver safra, nós solicitamos à empresa que ela não encerrasse antecipadamente sem haver a garantia e, portanto, isso foi-nos comunicado que assim seria, foi só essa questão e a fábrica está, neste momento, em laboração.

Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*): Mas a nova é no mesmo sítio?

O Orador: É no mesmo sítio, por isso tem que haver mesmo a suspensão dos trabalhos naquela fábrica e, depois, como eu disse, o enquadramento legal, que existe para estes casos, quando é uma transformação tão dramática, digamos

assim, uma fábrica de alteração tecnológica, etc., existe enquadramento legal para que os trabalhadores não fiquem desprotegidos nestes casos.

Deputado João Corvelo (PCP): O projeto já deu entrada na Câmara da Madalena?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo a ler a proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

(Pausa)

Secretária: A proposta de deliberação final apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 17 do PSD; 4 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM, 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portanto, a abstenção é por considerar que devia haver um grande esforço no sentido de o Plenário decorrer, no mínimo, em todos os dias da semana em que ele está a efetuar-se.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa tem de fazer este esclarecimento. Nós cumprimos com a nossa Agenda e, nesse sentido, não havendo mais Agenda, temos que encerrar os trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 18 horas e 42 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Miguel António Moniz Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel José da Silva Ramos

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Documentos entrados

1 - Projeto de Lei:

Assunto: Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, procedendo à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – n.º 97-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 31.

2 - Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários – n.º 96-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 31.

3 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Criação de um regime excecional e temporário para ilha do Corvo no âmbito das reinspeções obrigatórias de veículos - n.º 44/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Manutenção dos postos de trabalho na fábrica da Cofaco da Madalena do Pico - n.º 45/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 07 – 12

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

4 – Requerimentos:

Assunto: [Passageiros em trânsito no Aeroporto João Paulo II em Ponta Delgada](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 12

Referência: 54.03.02 – N.º 269/XI.

5 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Queijo de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.04.05 – N.º 152/XI;

Assunto: [Casos de violência doméstica e de género na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 198/XI;

Assunto: [Pagamento da operação Terceira-Boston](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.01.03 – N.º 199/XI;

Assunto: [Descarga de resíduos provenientes de navios de cruzeiro nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 204/XI;

Assunto: [Extinção da relação contratual no âmbito dos contratos de arrendamento referentes ao domínio privado da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.07.00 – N.º 205/XI;

Assunto: [Evolução da gestão de imóveis do domínio privado da Região Autónoma dos Açores – 2008/2017](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.07.00 – N.º 207/XI;

Assunto: [Cuidados paliativos em contexto domiciliário](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.01.00 – N.º 212/XI;

Assunto: [Dados sobre pessoas com deficiência](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.07.00 – N.º 242/XI;

Assunto: [Gado sem transporte](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.04.08 – N.º 245/XI;

Assunto: [Programa de controlo do vírus da diarreia viral bovina](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 260/XI;

Assunto: [Estudo que caracteriza o perfil dos utentes que usufruem do serviço de apoio domiciliário na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 197/XI;

Assunto: [Cancelamentos voos Lisboa-Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 11

Referência: 54.03.06 – N.º 218/XI.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento das vítimas do incêndio de Pedrogão Grande

Proveniência: Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Soares

Proveniência: Isabel Soares e João Soares

Data de Entrada: 2017 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do debate de urgência sobre “Pescas”

Proveniência: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a agradecer o envio dos Votos de Congratulação pelo centenário do jornal “O Dever”, pelo quinquagésimo aniversário da Igreja Matriz das Lajes do Pico e pelo terceiro centenário da Procissão de Penitência e Ação de Graças de Nossa Senhora de Guadalupe ao Monte de Nossa Senhora da Ajuda

Proveniência: Diocese de Angra

Data de Entrada: 2017 – 07 – 12;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório do Conselho das Finanças Públicas

Proveniência: Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 07 – 12.

7- Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 07 – 12;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XI – “Promove a igualdade de género na atribuição de prémios em competições desportivas”](#)

Proveniência: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 07 – 12;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 10.

A redatora: *Sónia Nunes*

